

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - LICENCIATURA

ANNA BEATRIZ PEREIRA DOS SANTOS

**A Ditadura Militar e seus impactos no ensino nacional de Geografia:
análise crítica do livro didático 'O Brasil Regional'**

Uberlândia-MG
2025

ANNA BEATRIZ PEREIRA DOS SANTOS

A Ditadura Militar e seus impactos no ensino nacional de Geografia: análise crítica do livro didático 'O Brasil Regional'

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura do Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva, da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do diploma de graduação.

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Regina Gonçalves

Uberlândia, MG
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237	Santos, Anna Beatriz Pereira dos, 2003-
2025	A Ditadura Militar e seus impactos no ensino nacional de Geografia: análise crítica do livro didático "O Brasil Regional" [recurso eletrônico] / Anna Beatriz Pereira dos Santos. - 2025.
<p>Orientadora: Amanda Regina Gonçalves. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p>	
<p>1. Geografia. I. Gonçalves, Amanda Regina, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Geografia. III. Título.</p>	
CDU: 910.1	

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Amanda Regina Gonçalves (IGESC/UFU) - Orientadora

Profa. Dra. Gláucia Carvalho Gomes (IGESC/UFU)

Prof. Dr. Alex Cristiano de Souza (IGESC/UFU)

*Dedicatória: Aos meus pais, que tanto
abdicaram de seus próprios caminhos para que
eu chegasse até aqui, este diploma é nosso.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Fidercina, que sempre esteve disposta a fazer de tudo por mim, pelo aconchego, pelo cafuné, pelo amor imensurável.

Ao meu pai, Antônio, que com seu esforço, conseguiu dar uma vida digna à todos seus filhos, pai, não estaria escrevendo isto hoje, se não fosse por você ontem.

À minha irmã, Adriana, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e me dando esperança de um futuro tão incerto para mim.

Ao meu cunhado, Marcelo, que me acolheu como se eu fosse sua própria irmã.

Aos meus sobrinhos, Rafael, Pedro e Guilherme, quando penso em amor puro, é em vocês que o encontro.

Aos meus amigos, Eduardo, Beatriz, Gabriel, Bruna, Felipe, Gabrielly, Débora, Brenda e Carlos Eduardo, obrigada pelos momentos de felicidade em Uberlândia, carregarei vocês em meu coração.

À República Casa Branca, que me recebeu como agregada, meu sincero agradecimento pelo carinho e acolhimento.

Aos meus companheiros de laboratório, Natália, Samuel, Denise, Paula e Beatriz.

Aos meus amigos, Lara e Jefferson, agradeço pelo companheirismo e pelos ensinamentos. Com vocês, aprendi lições que a graduação jamais poderia me proporcionar.

Às minhas amigas de São Carlos, Isabella, Maria Eugênia e Letícia, obrigada por todos esses anos de amizade e por estarem presentes, mesmo com a distância. Amo vocês.

Ao meu professor do ensino médio, Daniel Manffre, que me ensinou a ter o olhar mais sensível e acolhedor sobre a Geografia. Suas aulas despertaram em mim a vontade de entender o mundo e, com elas, comecei a trilhar meu próprio caminho.

À minha orientadora, Amanda Regina, por me mostrar, com seu exemplo, amor e dedicação, que a educação é um caminho para a liberdade.

Ao meu companheiro, André, obrigada por segurar minha mão e me mostrar como a vida é bela quando compartilhada com alguém.

RESUMO

A Ditadura Militar ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, sendo marcada por um período de repressão e censura. Durante essa fase, um dos setores mais impactados foi a educação, que sofreu mudanças através de uma série de políticas públicas e reformas educacionais. A educação brasileira passou por mecanismos de censura que direcionavam o ensino para a difusão das ideologias do regime, limitando o pensamento crítico e reforçando valores convenientes ao regime vigente. Nesse contexto, o livro didático tornou-se uma ferramenta essencial para a disseminação das ideias do governo, servindo como instrumento de doutrinação e controle ideológico. Em especial, os livros de Geografia passaram por transformações drásticas, excluindo narrativas divergentes da visão oficial e enfatizando aspectos que favoreciam os interesses do governo. Diante disso, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica do livro didático da “Área de Estudos Sociais” intitulado “O Brasil Regional”, de autoria de David Márcio Santos Rodrigues, destinado à 6^a série do Primeiro Grau (alunos com média de 11 anos), publicado em 1974. A pesquisa busca compreender de que forma esse material refletia a influência da ditadura na educação geográfica e como seu conteúdo direcionou a formação da visão de mundo dos estudantes durante esse período.

Palavras-Chave: Livro Didático; Geografia Escolar; Ditadura Militar; Análise Crítica.

ABSTRACT

The Military Dictatorship in Brazil occurred between the years 1964 and 1985 and was marked by a period of repression and censorship. During this time, one of the most impacted sectors was education, which underwent significant changes through a series of public policies and educational reforms. Brazilian education was subjected to censorship mechanisms that directed teaching toward the diffusion of the regime's ideologies, limiting critical thinking and reinforcing values that aligned with the interests of those in power. In this context, the textbook became an essential tool for disseminating government ideas, serving as an instrument of indoctrination and ideological control. Geography textbooks, in particular, underwent drastic transformations, excluding narratives that diverged from the official view and emphasizing aspects that favored the government's interests. Given this, the present study aims to conduct a critical analysis of the textbook from the "Área de Estudos Sociais" (Area of Social Studies), titled "O Brasil Regional" (The Regional Brazil) authored by David Márcio Santos Rodrigues, intended for the 6th grade of primary school (students around 11 years old), published in 1974. The research seeks to understand how this material reflected the influence of the dictatorship on geographic education and how its content shaped the worldview of students during that period.

Keywords: Textbook; Scholar Geography; Military Dictatorship; Critical Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma da pesquisa.....	4
Figura 2: Capa do livro didático intitulado “O Brasil Regional”, da “Área de Estudos Sociais”, de David Márcio (1974).	13
Figura 3: Capas de livros didáticos de autoria de David Márcio.....	14
Figura 4: Índice do livro “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974).....	16
Figura 5: Página do livro didático “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 17).	17
Figura 6: Trecho do livro didático “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 9).....	18
Figura 7: Trecho do livro “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 17).....	20
Figura 8: Trecho abordando a hidrografia do Sudeste no livro “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 21).	21
Figura 9: Trecho abordando as bases para o desenvolvimento no Nordeste do livro “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 109).	24
Figura 10: Trecho abordando a hidrografia do Sudeste no livro “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 113).	25
Figura 11: Trecho abordando o extrativismo na Região Norte do livro “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 138).	26
Figura 12: Trecho do livro “O Brasil regional”, de David Márcio (1974, p. 151), relacionando os aspectos físicos com a ocupação humana.	27
Figura 13: Trecho do livro “O Brasil regional”, de David Márcio (1974, p. 159), abordando sobre a construção de Brasília como capital.....	27
Figura 14: Trecho do livro “O Brasil regional”, de David Márcio (1974, p. 161), relacionando os aspectos físicos como recursos econômicos.	28
Figura 15: Páginas do livro “O Brasil regional”, de David Márcio (1974, p. 138-139).	30
Figura 16: Página do livro “O Brasil regional”, de David Márcio (1974, p. 144) ilustrando um mapa.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Algumas instrumentalizações utilizadas durante a Ditadura Militar junto ao ano de vigor e breves características.....	6
--	---

SÚMARIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 ANÁLISE DE DIRETRIZES EDUCACIONAIS DO PERÍODO DA DITADURA MILITAR A PARTIR DA GEOGRAFIA ESCOLAR, DO LIVRO DIDÁTICO E DO CURRÍCULO.....	5
2 REPRESENTAÇÕES DO BRASIL NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA A PARTIR DA METODOLOGIA DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL.....	9
3 “O BRASIL REGIONAL”, LIVRO DIDÁTICO DA ÁREA DE ESTUDOS SOCIAIS DE 1974 SOB ANÁLISE.....	13
3.1 ANÁLISE TEXTUAL.....	15
3.2 ANÁLISE TEMÁTICA.....	17
3.2.1 <i>Identificação dos temas centrais.....</i>	17
3.2.1.1 Região Sudeste do Brasil	19
3.2.1.2 Região Sul do Brasil	23
3.2.1.3 Região Nordeste do Brasil	23
3.2.1.4 Região Norte do Brasil	25
3.2.1.5 Região Centro-Oeste do Brasil	26
3.2.2 <i>Análise dos Recursos visuais</i>	29
3.2.3 <i>Conteúdo ausente.....</i>	30
3.3 ANÁLISE INTERPRETATIVA.....	32
3.3.1 <i>Aspectos Físicos.....</i>	32
3.3.2 <i>Aspectos Culturais</i>	33
3.3.3 <i>Aspectos Sociais e Econômicos</i>	34
3.3.4 <i>Aspectos Rurais e Urbanos.....</i>	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	38

Introdução

O golpe civil-militar ocorreu entre os anos de 1964 e 1985, foi um período marcado pelo autoritarismo no Brasil, em decorrência disso, o Estado passou a concentrar poderes e reprimir qualquer tipo de manifestação social e política no território, impulsionando a censura e perseguição aqueles que contradissem suas imposições. Após assumir o controle do país, os militares buscaram implementar um projeto de desenvolvimento centrado na ordem, no progresso e na manutenção dos interesses das elites econômicas. Essa política aprofundou a desigualdade social, favorecendo grandes empresas privadas e reforçando a concentração de renda. Ao mesmo tempo, buscou frear propostas de transformação social que vinham sendo discutidas por governos anteriores, como o de João Goulart. Nesse contexto, a atuação do Estado passou a alcançar diferentes áreas da vida social, com um controle mais rigoroso sobre a educação, a cultura e os meios de comunicação (Souza, 2022).

O regime implantou uma série de políticas públicas em diversos setores da sociedade, dentre eles um dos setores mais afetados e controlados foi o da educação. Um dos mecanismos de sobrevivência desse longo tempo da Ditadura Militar foi o de alienar a população quanto às contradições que existiam nos discursos retratados e a realidade vivida da população brasileira. Para isso, um dos grandes alvos do Governo Militar foi a educação, através de controle e censura, a fim de promover ideologias propagadas pelo regime, com isso, invalidando qualquer forma de oposição política. Isso resultou em um grande impacto no currículo pedagógico e na forma como a geografia, história, política e cultura brasileira eram representados nas escolas.

Essa instrumentalização da educação, em especial da Geografia escolar, é analisada no livro “A Geografia Escolar na ditadura militar: a prestidigitação do trabalho” por José Gilberto de Souza (2022), o autor comenta que a ditadura civil militar utilizava da instrumentalização Capitalismo Monopolista de Estado. Souza também afirma que a ditadura se apropriou do meio escolar e o do material didático como instrumentos para uma divulgação do projeto nacional que utilizava da exclusão das minorias, apagando as contradições sociais e territoriais em nome de propagar um Brasil homogêneo e desenvolvido. A Geografia, enquanto disciplina escolar, foi utilizada para sustentar essa narrativa oficial, apagando as desigualdades sociais e contribuindo para a formação de uma consciência condizentes aos interesses do Estado.

Entretanto, surge a necessidade de contextualizar como a Geografia utilizou diferentes abordagens conceituais e temáticas ao longo do tempo. Em distintas épocas, os conceitos que explicam o espaço geográfico foram se modificando, passando por abordagens como a

geografia tradicional, a abordagem teorético-quantitativa, a geografia crítica e a geografia humanista (Corrêa, 2001).

De acordo com Roberto Lobato Corrêa (2001), a geografia tradicional privilegiava os conceitos de paisagem e região. Os debates envolviam discussões sobre paisagem, região natural e região-paisagem, estando associados às correntes positivistas e ao historicismo. Quando a questão do espaço era abordada, este era diretamente associado a uma visão ideográfica da realidade, estabelecendo uma combinação entre fenômenos naturais e sociais. Neste momento, questionamentos críticos, poder ou transformações espaciais não eram objetos de análise.

Já a abordagem da geografia teorético-quantitativa foi influenciada pelo positivismo lógico e pela chamada revolução quantitativa, ocorrida a partir da década de 1950. Essa abordagem promoveu uma ruptura com a Geografia Tradicional, conforme aponta Corrêa (2001), ao adotar a ideia de unidade epistemológica da ciência, baseada nos modelos das ciências da natureza. Modelos matemáticos e técnicas estatísticas passaram a ser amplamente utilizados, conferindo caráter quantitativo às análises geográficas. O espaço passou então a ser considerado um conceito-chave e objeto central de análise, enquanto a paisagem foi progressivamente abandonada e a região passou a ser tratada como resultado de procedimentos de agrupamento e divisão lógica, baseados em critérios estatísticos e quantificáveis. Ressalta-se que o livro didático analisado neste trabalho foi produzido e publicado no contexto da Geografia teorético-quantitativa. Portanto, torna-se necessário compreendê-lo dentro dessa realidade, considerando as influências teóricas e metodológicas que marcaram o período.

A abordagem da Geografia Crítica emerge na década de 1970, fundamentada no materialismo histórico e dialético, com o objetivo de romper com os paradigmas da Geografia Tradicional e da vertente teorético-quantitativa. A partir de uma perspectiva marxista, o espaço passa a ser compreendido por meio da intensificação das contradições sociais e espaciais, tanto nos países centrais quanto nos periféricos. O espaço geográfico é, então, entendido como socialmente produzido e vivido (Corrêa, 2001, p. 23-24).

Corrêa (2001, p. 30) também destaca que na década de 1970 surgiu a geografia humanista, que foi, na década seguinte, acompanhado da retomada da geografia cultural, “calcada na filosofia do significado, especialmente a fenomenologia e o existentialismo, é uma crítica à geografia de cunho lógico-positivista”. Ainda segundo o autor, ela está assentada na subjetividade e privilegia o singular.

Embora outras correntes tenham surgido posteriormente, nos atemos a estas para breve contextualização neste trabalho.

Rui Ribeiro Campos (2002) explica como a educação escolar foi um dos meios mais eficientes de controle social e de disseminação da ideologia propagada pelo governo da época. Um exemplo disso foi a criação da disciplina denominada Estudos Sociais, que substituiu as disciplinas de Geografia e História, essa criação foi uma estratégia para estimular um determinado tipo de civismo e propaganda militar.

Com isso, este trabalho tem como finalidade elaborar uma análise crítica do livro didático da “Área de Estudos Sociais” intitulado “O Brasil Regional”, destinado à “6º série do Primeiro Grau” (para crianças com a média de 11 anos) do autor David Márcio Santos Rodrigues, publicado em 1974, pela Editora Bernardo Álvares S/A, de Belo Horizonte - MG.

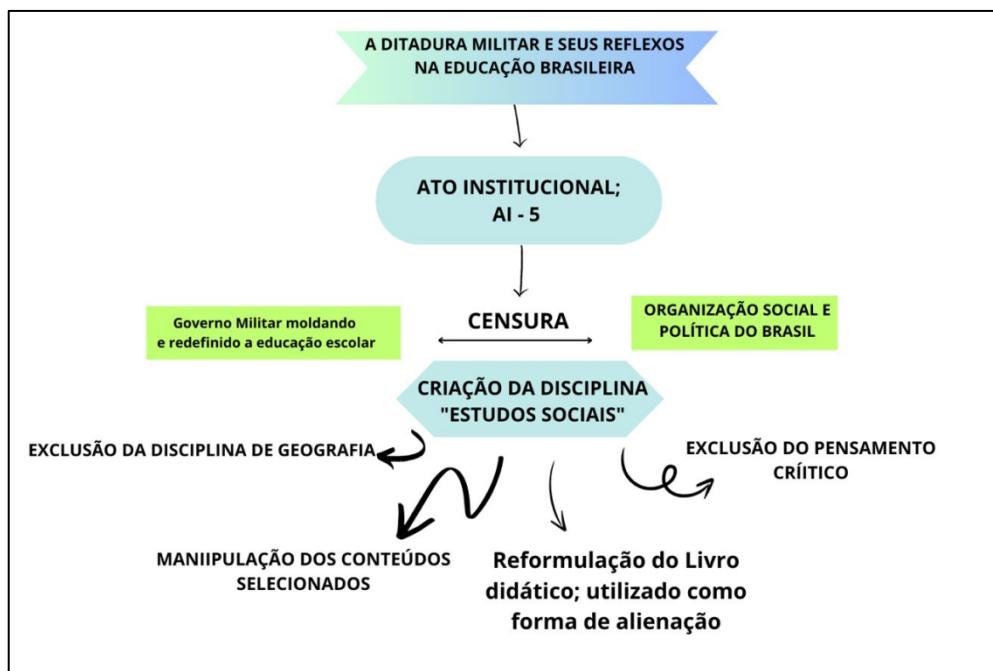
Com o intuito de apresentar uma sistematização e reflexões sobre o conteúdo geográfico abordado no livro, o estudo contribuirá com análises que visam esclarecer a ideologia e a abordagem que o material possuía e os resultados das políticas da época sob a educação brasileira. Ademais, ressalta-se que independente do período de estudo, a educação sempre é analisada sob a influência dos poderes políticos da época retratada. A hipótese é que os conteúdos que tomaram o lugar das disciplinas escolares e livros didáticos de Geografia e História foram manipulados pelas políticas ideológicas da ditadura militar no Brasil, com o intuito de alienar e censurar a capacidade de pensamento crítico da população e adequar a população ao contexto de um país que não contestasse o poder do regime militar.

Assim, este trabalho tem como objetivo fazer uma análise crítica do conteúdo e da abordagem pedagógica do livro didático “O Brasil Regional”, publicado em 1974, para compreender qual conhecimento geográfico do Brasil foi ensinado como o que tomaram o lugar dos conhecimentos ensinados nas disciplinas de Geografia e História.

Como objetivos específicos são delineados: caracterizar o contexto do Brasil no período da ditadura militar (1964 – 1985); identificar as principais reformas educacionais ocorridas no período da ditadura militar brasileira; identificar as mudanças ocorridas na disciplina de Geografia no período da ditadura militar brasileira; analisar um livro didático com conteúdos geográficos sobre o Brasil publicado em 1974, visando conhecer qual país o livro ensinava.

A seguir apresenta-se um fluxograma da pesquisa realizada que busca dar visualidade às temáticas e relações que se buscou estabelecer ao longo do estudo.

Figura 1: Fluxograma da pesquisa.



Fonte: A autora.

1 Análise de diretrizes educacionais do período da Ditadura Militar a partir da Geografia Escolar, do livro didático e do currículo

A disciplina escolar de Geografia visa permitir aos alunos uma compreensão crítica da realidade vivida, possibilitando que a sua presença na educação escolar enquanto disciplina possibilite ao aluno uma leitura reflexiva e crítica do mundo, formando um cidadão crítico-transformador (Straforini, 2018), além de estabelecer a importância de questionar os sistemas implantados na construção da família, sociedade, trabalho e escola.

Entretanto, a disciplina de Geografia, na Educação Básica, é reprimida nos livros didáticos, distanciando o aluno do objeto de estudo, tornando-se um conteúdo sem grandes significados que apenas passam informações ao invés de desenvolver o pensamento geográfico no estudante (Cavalcanti, 2006; Pontuschka, 2000).

Para Saviani (1991), propositor da Pedagogia Histórico-Crítica, que busca a compreensão da educação como parte do processo de transformação social, o papel fundamental da educação é o desenvolvimento do pensamento crítico no aluno, para que possam entender sobre a realidade em que estão inseridos e atuar de maneira crítica na realidade.

Dessa forma, o ensino de Geografia na Educação Básica, durante o período da ditadura, refletia tanto a orientação política do regime quanto as concepções teóricas então hegemônicas na própria ciência geográfica, como a abordagem teórico-quantitativa. Assim, a Geografia escolar acabou por alinhar-se, de forma coerente com o contexto histórico e científico daquele momento, às diretrizes curriculares estabelecidas.

Campos (2002) afirma a fragilidade que as ciências humanas sofreram no período militar, onde a educação escolar foi um dos principais meios de controle social e de disseminação da ideologia do poder. Um resultado foi a exclusão de algumas disciplinas, que em sua maioria proporcionam ao aluno a capacidade de questionar os sistemas, entender a realidade vivida e construir o pensamento crítico, que acabaram por serem reformuladas seguindo as projeções militares. Campos (2002) explora as consequências dessas mudanças curriculares, destacando o efeito em como as ciências humanas começaram a reproduzir a visão do militarismo, promovendo uma narrativa unilateral.

A ditadura militar exerceu um forte controle sobre diversas áreas da sociedade, administrando o país de maneira autoritária e centralizada. Em decorrência disso, repressão, tortura e perseguição são termos frequentemente associados ao regime. No entanto, é importante contextualizar a forma como os militares administravam o país e os reflexos dessa gestão na sociedade. Além disso, o governo utilizou a educação como uma poderosa ferramenta

de propaganda do regime e de alienação da população, visto que o livro didático é o mais importante instrumento de ensino empregado nas salas de aula brasileiras, de acordo com Kunzler e Wizniewsky (2015, p. 198).

Diversas foram as mudanças que o governo instaurou na educação, como leis, decretos, exclusão e criação de disciplinas, e alterações no currículo pedagógico, ademais, na própria constituição que teve reflexos na educação (Tabela 1). Para compreensão do impacto da Lei 5.692/1971 na Geografia Escolar, é preciso conhecer alguns desses instrumentos.

Tabela 1: Algumas instrumentalizações utilizadas durante a Ditadura Militar, o ano de vigor e breves características.

Instrumentos	Data	Características
Ato Institucional nº 5 (AI-5)	13/12/1968	Decreto da ditadura militar brasileira que ampliou a repressão, fechou o Congresso e intensificou a censura. (Brasil, 1968).
Lei 5.692	11/08/1971	Modificou as diretrizes e bases da educação nacional. (Brasil, 1971).
Estudos Sociais	1930	Disciplina que unificou as matérias de História e Geografia, introduzida aos currículos por Anísio Teixeira e reformulada durante o Regime Militar (Leme et al., 1987).
Organização Social e Política Brasileira	1962	Disciplina introduzida durante o regime que substituiu Filosofia e Sociologia (Brasil, 1962).
Educação Moral e Cívica	1964	Disciplina que tinha como objetivo orientar os alunos acerca dos princípios morais e de civismo do Regime (Brasil, 1964).
Acordo MEC-USAID (Leis 5.540/68 e 5.692/71)	1964 -1968	Série de convênios estabelecidos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) a partir de 1964, com o objetivo de implementar uma reforma educacional alinhada aos padrões norte-americanos (Góes e Cunha, 1985).

Fonte: Elaborado pela autora.

A Constituição de 1946 havia abolido a educação moral e cívica, a qual retorna em 1966, logo após o golpe, quando o general Castelo Branco estabeleceu um decreto lei em 1966, que determinou que:

Determinou que o Ministério da Educação estimulasse, em todo o país, a educação cívica. (...) O papel da nova disciplina seria preencher o “vácuo ideológico” deixado na mente dos 171 Fontes e historiografia na produção do conhecimento histórico jovens, para que não fosse preenchido pelas “insinuações materialistas e esquerdistas (Cunha e Góes, 2002, p. 71-72).

Instaurado em 1968, o AI-5 foi um Ato Institucional aplicado durante a Ditadura Militar, resultando no fechamento do Congresso Nacional e das assembleias legislativas dos Estados, instituindo a censura nas produções de conteúdo popular e deu o consenso ao Presidente de intervir nos Estados e nos Municípios.

A Lei 5.692, promulgada em 1971, foi uma reforma educacional no Brasil durante o regime militar. Tendo como um dos objetivos aumentar o acesso à educação e introduzir a profissionalização e formação técnica ao ensino médio. Um dos principais pontos da Lei foi a reforma do ensino de 1º grau, que passou a incluir o primário e o ginásio durante o período de oito anos. Essa ação teve como objetivo ampliar o acesso à educação e garantir que mais jovens tivessem acesso à escola e também colocou como compulsória a profissionalização em todo o ensino de 2º grau. Entretanto, essa reforma que tinha como objetivo prover uma qualidade ao ensino não respondeu ao aumento da demanda educacional. Na realidade, a falta de infraestrutura, a ausência de professores e a superlotação das salas de aula impediram o objetivo da reforma. Leme também comenta sobre a introdução do tecnicismo.

Em 1971, a Lei 5.692 aponta para o ensino de primeiro e segundos graus uma orientação para a educação técnico-profissional, atribuindo menor importância à formação geral do aluno – está entendida como conhecimento de aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da realidade em que vive o educando (Leme et al., 1987, p. 2).

Nesse contexto, a introdução do tecnicismo na educação brasileira se destacou como um desdobramento direto das diretrizes da Lei 5.692, reforçando uma perspectiva voltada à formação técnica em detrimento da formação geral. Essa abordagem já havia sido impulsionada por Anísio Teixeira durante sua atuação na década de 1930 como diretor do Departamento de Educação da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. Essa vertente, de orientação neoliberal, visava formar os alunos como mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. O foco da reforma era atender às exigências econômicas do país, deixando em segundo plano as reais necessidades de uma educação voltada ao desenvolvimento integral dos estudantes (Leme, 1987).

De acordo com Dulce Maria P. Camargo Leme, et al., no livro “O Ensino de Estudos Sociais no Primeiro Grau”, publicado em 1987, foi nesse mesmo contexto que a disciplina de Estudos Sociais foi introduzida nas escolas brasileiras por volta de 1930. Essa introdução refletia o modelo educacional dos Estados Unidos, especialmente influenciado pelo projeto político "New Deal" de Franklin D. Roosevelt, presidente norte-americano entre 1933 e 1945. O "New Deal" enfatizava aspectos utilitários na formação cidadã, alinhando-se com as concepções de Estudos Sociais promovidas por Anísio Teixeira. Essas influências estão presentes na proposta de programa de Estudos Sociais no Brasil, publicada em 1934.

A autora explica que a presença dos Estudos Sociais nos currículos escolares no Brasil variou consideravelmente. De acordo com a Lei 4.024 de 1961, que estabeleceu as Diretrizes e

Bases da Educação Nacional, os Estudos Sociais passaram a figurar entre as disciplinas optativas sugeridas pelo Conselho Federal de Educação para o ensino médio.

A disciplina de Estudos Sociais nas escolas brasileiras resultou na redução da carga horária de disciplinas não consideradas técnicas, tais como Geografia, História, Filosofia e Sociologia, em favor de matérias tidas como técnicas. Educadores criticam essa disciplina devido ao caráter superficial e disciplinar que adquiriu na prática, o que levou à descaracterização dos conteúdos específicos de História e Geografia, ocasionando um empobrecimento na formação dos alunos. Leme et al. (1987, p. 3) ressaltam a problemática de reunir disciplinas distintas em uma única matéria, afirmando que “A integração, a multiplicidade de enfoques, deve ocorrer ao nível do conhecimento da realidade, dando-se atenção a seus diferentes aspectos, e não a nível da junção da informação”.

Com a censura em vigor, as escolas foram uma das principais redes que sofreram intervenção militar, além do controle sobre os conteúdos disciplinares, ocorreu a perseguição de professores e a criação de disciplinas OSPB (Organização Social e Política Brasileira) no ano de 1962 e Educação Moral e Cívica (EMC) em 1964.

A EMC ensinava valores relacionados à disciplina, ordem, fé, obediência e patriotismo. Tais valores estavam presentes nos livros didáticos, sendo uma forma do governo ditatorial manipular os jovens desde o período escolar, visto que, atuava nas formas de posicionamento, crítica e comportamento social do sujeito para assim, fazer propaganda do regime.

Os Acordos MEC-USAID, estabelecidos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) dos Estados Unidos a partir de 1964, resultaram em mudanças na estrutura educacional brasileira durante o período da ditadura militar. De acordo com Cunha e Góes (2002), esses convênios visavam implementar reformas no sistema de ensino nacional, alinhando-o aos padrões norte-americanos, especialmente no ensino superior. A adoção dessas reformas gerou críticas por parte de educadores e da sociedade brasileira. Houve a percepção de que a educação no Brasil estava sendo moldada para atender aos interesses econômicos norte-americanos, em detrimento das necessidades e especificidades nacionais.

2 Representações do Brasil no livro didático de Geografia a partir da metodologia de análise e interpretação textual

O livro didático é um objeto intrínseco da cultura escolar, sendo utilizado como um instrumento vinculado ao processo de ensino e aprendizagem nas salas de aulas. Por mais que muitos autores relacionem o livro didático à falta de autonomia do professor, o livro quando utilizado pode ampliar a ação de produção de conhecimento no aluno, além de servir como uma base ao professor. Assim, mais que no livro didático em si, é necessário considerar as disciplinas escolares e a relação destas com o livro didático.

O estudo da história das disciplinas escolares ganhou maior notoriedade a partir da década de 1970, impulsionado pela história cultural e pela cultura escolar. Nessa época, as disciplinas eram vistas apenas como conteúdos a serem ensinados, sem considerar seu contexto histórico e social. As disciplinas escolares, como parte da cultura escolar, definem o que deve ser ensinado e quais comportamentos devem ser transmitidos. De acordo com Gusmão e Honorato (2019, p. 8), os estudos das disciplinas podem seguir diferentes caminhos, envolvendo sua gênese, presença, finalidades educativas, práticas de ensino e profissionalização docente.

O estudo desses aspectos contribui para a compreensão em como se dá a organização dos materiais e conteúdos presentes nos currículos, além de permitir analisar as relações de poder envolvidas na definição dos conteúdos escolares. Ele reflete interesses políticos, sociais e ideológicos com o intuito de moldar a formação do cidadão e, em decorrência disso, o livro didático torna-se uma ferramenta essencial.

Ao entender a complexidade que um livro didático possui, é perceptível que ele é distinto de outros tipos de publicações, recebendo uma regulamentação única que controla sua produção, sua forma, os conhecimentos veiculados, sua distribuição e seu uso (Figueiras, 2015).

Segundo Nadai et al. (1994), a área de Estudos Sociais, História e Geografia nas primeiras séries escolares iniciam no cidadão o processo de compreensão da realidade social, política e econômica do país. Por tratarem de assuntos sensíveis que demandam de leitura adequada, interpretação de texto e senso crítico da realidade por parte do leitor, os livros didáticos necessitam transparecer uma linguagem limpa, objetivos explícitos, fontes e referências bibliográficas adequadas, além da organização e adaptação para a idade que o livro indica.

Deste modo, a análise textual, temática e interpretativa se torna uma ferramenta essencial para compreender a responsabilidade e as consequências que a inserção, interpretação

e exclusão de um eixo podem resultar na educação do aluno. Severino (2012) propõe uma análise que busca identificar, classificar e interpretar aspectos explícitos e implícitos presentes em um material.

Como o trabalho retrata uma análise de conteúdo de Geografia, de um livro didático intitulado “O Brasil regional”, é indispensável entender o “país” que a ditadura retratava e o Brasil realmente vivido pela população.

Durante o regime militar, o governo promovia uma visão de Brasil centralizada, desenvolvimentista e nacionalista. As políticas de integração territorial eram utilizadas para a fundamentar essa imagem, com isso, a geografia foi um instrumento para consolidar essa propaganda. Nesse contexto, Moraes (1991) entende como a ciência geográfica foi utilizada para servir ao Estado, empregando a ideia de um território unificado e com potencial de ser explorado economicamente, convertendo a geografia à propaganda da ditadura.

No entanto, a realidade vivida pela maioria da população contrastava com essa visão idealizada. Enquanto a propaganda exaltava o progresso e a integração nacional, grande parte dos brasileiros enfrentava desigualdades sociais profundas e dificuldades no acesso a direitos básicos como educação, saúde, moradia e trabalho (Campos, 2002). As disparidades regionais, especialmente no Norte e Nordeste, permaneciam evidentes, e as populações marginalizadas – como camponeses, indígenas, trabalhadores urbanos e periféricos – eram ignoradas pelo governo. Esse “outro Brasil”, ausente nos discursos oficiais e materiais escolares, era marcado pela exclusão social e resistência cotidiana. Darcy Ribeiro (1995) aborda como essas desigualdades estruturais impediam grande parte da população de acessar os processos de desenvolvimento, enquanto o regime construía uma identidade nacional artificial e excluente.

Esse movimento promovido pelo governo militar buscava afirmar o poder do Estado sobre o território e estimular o sentimento de identidade e patriotismo exacerbado na população afim de ocultava os conflitos regionais, a desigualdade social e a cultura. O regime tentou silenciar as diferenças e as demandas locais para sustentar uma visão de país homogêneo e progressista, um Brasil idealizado e irreal:

(...) é possível rastrear a forma pelas quais estes regimes fizeram uso do nacionalismo, do ufanismo, do ‘amor à pátria’ e de um conjunto de valores construídos no longo prazo a respeito da nação e de seu povo. A emissão dessas mensagens, por estar ancorada em aspectos historicamente construídos, tinha alguma reverberação na sociedade, produzindo, o que podemos chamar de ‘reações positivas’, que em alguns momentos poderiam se converter em manifestações populares (como as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972) (Castro Netto, 2019, p. 73).

Entretanto, Roberto DaMatta (1984) explora o "Brasil real", abordando aspectos como a população brasileira vive, se relaciona e entende do seu próprio país a partir das experiências cotidianas e empíricas, em vez das projeções impostas pelo Estado.

O autor mostra que a identidade nacional não deve ser reduzida em termos de uma realidade ilusória que não representa a vida da população. E sim, o oposto, o Brasil é caracterizado por contrastes e contradições, o informal e o formal, o público e o privado, o tradicional e o moderno. Isto é, o Brasil possui uma nação composta por diversas identidades, marcadas pela diversidade econômica, cultural e social. Mas ressalta que “a leitura da sociedade facultada pelos ritos da ordem, então, é uma leitura onde o corpo deve ser contido ou até mesmo neutralizado. A continência militar é excelente exemplo disso” (DaMatta, 1984, p. 57).

Ao comparar o “Brasil ilusório” promovido pela ditadura militar com o “Brasil real” descrito por DaMatta (1984) e Ribeiro (1995), entende-se melhor a complexidade da identidade nacional e do território brasileiro, enquanto a imagem do Brasil propagada no militarismo se torna falsa quando não retratada as contradições e adversidades que vivia o brasileiro.

Nesse contexto, entende-se que a análise de conteúdo é uma ferramenta essencial para compreender as consequências que a inserção, interpretação e exclusão de um conteúdo ou problemática em materiais didáticos podem resultar no ensino-aprendizagem do aluno. Antônio Joaquim Severino (2012), no livro “Metodologia do trabalho científico”, propõe uma análise de conteúdo que busca identificar, classificar e interpretar aspectos explícitos e implícitos abordados em um material, e buscam auxiliar o leitor na análise de conteúdo.

Segundo Severino (2012), a metodologia para leitura analítica é baseada em um processo de análise e interpretação de textos, possuindo o objetivo de melhor entendimento e interpretação do leitor sobre o conteúdo, esse método está dividido em cinco etapas, conforme apresentado sinteticamente a seguir.

A primeira etapa, a análise textual, conforme apresentado por Severino, possui a proposta central de primeiras observações da leitura, identificando o autor e conceitos principais.

Por seguinte, a análise temática, que vai para além da leitura, envolve a problematização e compreensão do tema central, aqui, o leitor entende o objetivo e intenções que o autor tem na escrita do conteúdo.

A terceira etapa é a análise interpretativa, que vai além da primeira compreensão do eixo temático, o leitor busca contextualizar o pensamento do autor. Esse processo inclui uma comparação entre outros autores e temas similares, com a intenção de ter uma leitura crítica e

comparativa sobre a coerência, validade e profundidade da argumentação apresentada originalmente.

Em seguida, a problematização, que tem como objetivo fazer o leitor retomar o texto para identificar as questões mais relevantes, como conteúdos abordados e não abordados, referências utilizadas e exemplos retratados.

Por fim, a elaboração de uma síntese pessoal, que visa formular uma interpretação crítica e pessoal da mensagem que o texto retrata.

Essas etapas de análise textual propostas pelo autor possuem a intenção de ampliar o entendimento do leitor em relação ao que o autor quis transmitir na escrita, além de melhorar o senso de pensamento crítico. Essa metodologia se torna fundamental ao analisar o conteúdo de um livro didático, pois permite uma melhor compreensão da mensagem e estruturação do autor, organizando a compreensão em etapas que envolvem desde a identificação do tema até a interpretação crítica das informações. Isso facilita o entendimento dos conceitos e a avaliação da coerência das informações postas.

3 “O Brasil Regional”, livro didático da Área de Estudos Sociais de 1974 sob análise

O livro didático selecionado para a análise intitula-se “O Brasil Regional” (Figura 2), destinado à “Área de Estudos Sociais”, para a 6º série do Primeiro Grau (atual 7º ano do Ensino Fundamental) destinado a crianças de cerca de 11 anos, de autoria de David Márcio Santos Rodrigues, publicado em 1974, em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, pela editora Bernardos Álvares S/A.

Figura 2: Capa do livro didático intitulado “O Brasil Regional”, da “Área de Estudos Sociais”, de David Márcio (1974).

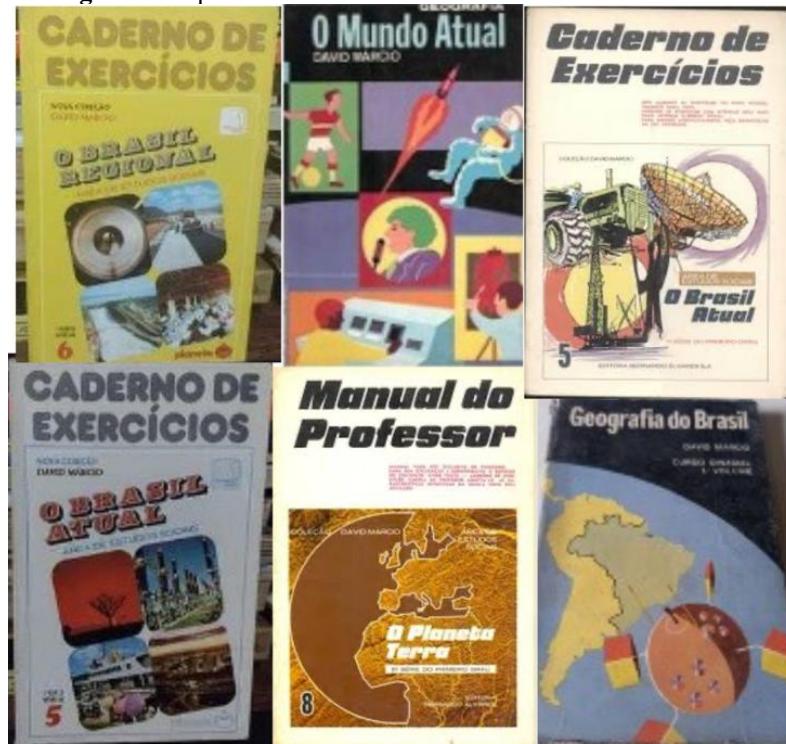


Fonte: David Márcio (1974).

David Márcio Santos Rodrigues foi professor do Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também foi diretor-geral, por vários mandatos, do Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), autarquia do Governo de Minas Gerais. Também foi presidente do Conselho Curador da Fapemig (UFMG, 2015). Faleceu no ano de 2009.

David Márcio escreveu vários livros para fins didáticos, sobretudo de Geografia, com títulos como: Geografia do Brasil – Curso Ginásial (1968); O mundo atual (1970); O Brasil atual; O nosso mundo e O planeta Terra “O Brasil Regional - Texto Visual 5 e 6 - área de Estudos Sociais - 1º Grau”, da Editora Pioneira (1979), “Estudando Geografia – O espaço Brasileiro, 5”, concentrando assuntos acerca de geografia social, sociologia, planeta terra, espaço geográfico, problemas do mundo e desenvolvimento industrial.

Figura 3: Capas de livros didáticos de autoria de David Márcio.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

David Márcio realizou palestras em Cursos de Geografia em distintas universidades, a exemplo de uma palestra realizada, no período da ditadura militar no Brasil, para a primeira turma de estudantes do Curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (atual Universidade Federal de Uberlândia), em 1971, conforme relata a professora Suely Del Grossi, uma das fundadoras desse curso, em entrevista cedida à Revista Observatorium (2009, p. 145): “o Professor David Márcio, que é autor de livros didáticos de geografia e muito conhecido em Minas Gerais, veio nos falar sobre a AGB (Associação de Geógrafos Brasileiros), o que entusiasmou os alunos da época”.

Em entrevista à revista GeoSul (2005), o professor Oswaldo Bueno Amorim Filho traz apontamentos importantes para compreender o papel do livro didático na educação escolar no período e o papel do professor David Márcio na formação dos professores na UFMG e como fonte didática nas disciplinas escolares. Na entrevista, pode-se identificar que Oswaldo B. Amorim Filho estudou com livros didáticos de David Márcio na vida escolar, em seguida foi aluno de David Márcio no Curso de Geografia da UFMG e que, posteriormente, atuou como professor do IGC da UFMG até 1995, portanto, atuando em um período concomitantemente à de David Márcio nesse instituto,

Oswaldo B. Amorim filho narra que morou na cidade de São Gotardo (MG) quando estudante do primeiro grau e, com 15 anos, no ano de 1961, se mudou para Belo Horizonte

(MG), para cursar o científico. Sobre a relação entre a Geografia e o ensino fundamental e médio, no período em que era estudante da educação básica, diz que:

No passado, o ensino fundamental e médio da geografia sofria com a falta de professores bem preparados. Vou dar um exemplo: lá na cidade onde fui criado [São Gotardo-MG], a geografia era ensinada quase exclusivamente com base no livro didático. O que extrapolasse a coleção de Aroldo de Azevedo, não era considerado geografia e não era ensinado. Posteriormente, o mesmo acontecia com as obras de Guiomar Azevedo e de David Márcio (GeoSul, 2005, p. 205).

Também menciona o curso e nomes de professores que participaram de sua formação: “De 1967 a 1970 fiz o curso de geografia. Tinha professores extraordinários. (...) Tinha a professora Guiomar de Azevedo, Getúlio Vargas Barbosa, David Márcio dos Santos Rodrigues, Laura Wanderlei, Fabiano e Faraildes dos Santos, e muitos outros” (GeoSul, 2005, p. 193).

Assim, a representatividade dos livros e da atuação do professor David Márcio para a formação de professores de Geografia, para a produção de obras didáticas de Geografia e, portanto, para a disciplina escolar de Geografia, em especial, no período de Ditadura Militar no Brasil, justificam a escolha desse livro para a realização da referida análise.

3.1 Análise Textual

Como dito anteriormente, a análise textual é o primeiro contato do leitor com o material de estudo, neste momento, a análise é feita de forma sucinta e não elaborada, buscando retratar objetos como os assuntos abordados, a organização do material e para quem é direcionado (Severino, 2013).

“O Brasil Regional” é um livro de caráter didático, sendo um componente indispensável na cultura escolar, servindo como apoio ao processo de ensino-aprendizagem para professores e alunos nos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Escrito por David Márcio Santos Rodrigues, então professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e diretor-geral do Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), o livro foi publicado em 1974 e direcionado aos alunos da 6^a série do primeiro grau, pertencendo à disciplina de Estudos Sociais.

Antes de apresentar o conteúdo, o autor inclui uma carta destinada ao aluno, comentando sobre o livro anterior, destinado à 5^a série, “O Brasil Atual”, que aborda as problemáticas relacionadas ao desenvolvimento brasileiro. De acordo com Rodrigues (1974, p.7) “O Brasil Regional” detalha as principais características das diversas regiões brasileiras, apresentadas na seguinte ordem: Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

O Índice (figura 4) é apresentado nas últimas páginas, consistindo em uma listagem que indica os temas e suas principais informações abordadas. O primeiro item é uma breve introdução ao conceito de desenvolvimento regional trabalhado no Brasil. Em seguida, são exploradas as regiões brasileiras, abordando os aspectos gerais, como características do meio físico, urbanização, economia e população, além de atributos específicos de cada região.

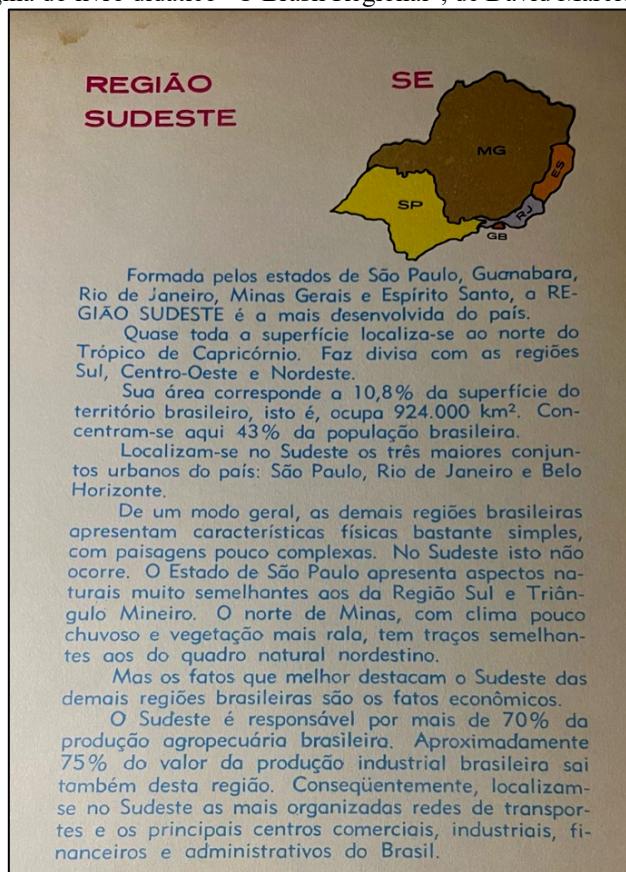
Figura 4: Índice do livro “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974).

ÍNDICE	
O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	9
O Planejamento	10
O Plano Nacional de Desenvolvimento	10
O Estímulo da Planificação	13
As Regiões Brasileiras	15
REGIÃO SUDESTE	
O Relevo	17
Clima e Vegetação	19
Hidrografia	20
Distribuição da População	21
A Rede Urbana	22
Região Urbana	23
Região Urbana de São Paulo	24
A Aglomeração de São Paulo	25
A Região Urbana do Rio de Janeiro	26
A Cidade do Rio de Janeiro	28
A Região Urbana de Belo Horizonte	29
Atividades Agro-pastoris	30
A Organização do Espaço Agrícola	32
Áreas de Planalto	33
O Vale do Médio Paraíba	33
Ínicio da Ocupação	34
A Transformação	34
As Baixadas Litorâneas	35
Atividades Industriais	36
Os Complexos e os Centros Industriais	38
O Complexo Industrial Paulista	42
O Complexo Industrial do Rio de Janeiro	42
O Novo Complexo Industrial de Belo Horizonte	44
Os Centros Industriais	46
O Turismo no Sudeste Brasileiro	48
O Sistema de Circulação	51
O Sistema Rodoviário	52
A Rede Aérea	54
A Função Portuária	54
O Comércio Externo	55
O Comércio Interno	56
Os Corredores de Exportação na Região Sudeste	57
REGIÃO SUL	
O Relevo	61
Depressão Gaúcha	62
Clima e Vegetação	63
Hidrografia	65
População	67
A Rede Urbana	68
A Região de Influência Metropolitana de Porto Alegre	69
Porto Alegre é uma Metrópole Regional	69
Os Centros Regionais	70
Centros Locais	71
O Espaço Agropecuário	72
Área de Criação	72
Atividades Agrícolas	73

Fonte: David Márcio (1974).

O material é organizado com o uso de ilustrações e mapas em todas as páginas. Os textos são expositivos, curtos e apresentados sem indicação de fontes, autores ou referências utilizadas. Abaixo segue um trecho do livro abordando a extensão territorial da região Sudeste e a porcentagem populacional nela incluída. Em seguida, é mencionado que o Sudeste concentra 70% da produção agropecuária nacional e 75% do valor da atividade industrial brasileira, declarações estatísticas que requerem, obrigatoriamente, fontes.

Figura 5: Página do livro didático “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 17).



Fonte: David Márcio (1974).

3.2 Análise Temática

A análise Temática segue como uma delimitação para a análise textual, neste momento é necessário que o leitor retome a leitura para uma percepção mais aprofundada, buscando compreender a mensagem que o material busca transmitir. Ainda de acordo com Severino (2013), é necessário fazer uma série de perguntas ao texto, a fim de entender a mensagem do conteúdo passado.

A análise a seguir irá ser realizada de acordo com a organização do índice apresentado no livro, separado pelas regiões e seus respectivos aspectos regionais, começando pela identificação dos temas centrais, apresentados nas primeiras páginas, e, em seguida, pelas regiões: Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste, respectivamente.

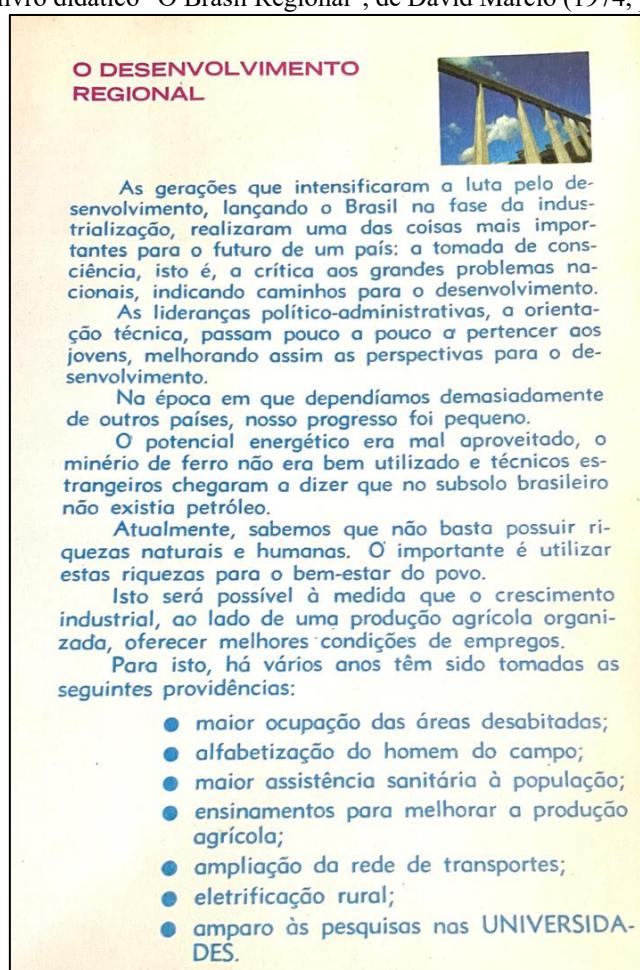
3.2.1 Identificação dos temas centrais

Antes de começar a abordar a proposta inicial do livro, que trata das características das regiões brasileiras, na página 9, o autor apresenta uma introdução sobre o significado do “desenvolvimento industrial e sua importância para o enriquecimento do país”, destacando a

relevância da utilização e extração dos recursos naturais como potenciais energéticos que impulsionam a industrialização da nação, além de ressaltar a importância da orientação técnica dos jovens para esse progresso. Ao final da página, o autor afirma que o bem-estar da população depende da utilização das potências ambientais aliada à produção agrícola controlada, resultando da geração de empregos.

Em seguida, são apresentadas, segundo o autor, medidas que possibilitam a melhoria desses eixos (Figura 6).

Figura 6: Página com a concepção de “desenvolvimento regional”, do livro didático “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 9).



Fonte: David Márcio (1974).

Conforme trecho que antecede a imagem acima em que o livro apresenta que as lideranças políticas administrativas e a orientação técnica afirmam estar possibilitando a alfabetização da população do meio rural, sem dados exatos, é importante destacar que, embora não tenham sido registrados dados específicos sobre a taxa de analfabetismo nas áreas rurais nas décadas de 1970 e 1980, historicamente essas áreas apresentam índices de analfabetismo mais elevados em relação às zonas urbanas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), em 2011, cerca de 30 anos após a afirmação do livro, a taxa de analfabetismo no meio rural no Brasil era de 21,2%, em contraste com as zonas urbanas, que registraram 6,5%. No entanto, o livro destaca que “as perspectivas melhoraram”, ou seja, que o Brasil está vivendo melhores tempos que os anteriores, dependendo menos de outros países e com mais progresso, ao afirmar que “na época em que dependíamos demasiadamente de outros países, nosso progresso foi pequeno” (Márcio, 1974, p. 9).

Outra afirmação neste trecho destaca a amplificação das redes de transportes no país, entretanto, durante os anos de 1970 e 1980, o Brasil enfrentou uma grande crise econômica em decorrência da alta inflação e do endividamento externo (Teixeira, 2005). Por mais que o governo estivesse com iniciativas de ampliar as redes de transporte no país, a crise afetou o financiamento e a implantação dos projetos voltados para a infraestrutura.

Por fim, neste mesmo trecho, o autor afirma o “amparo às pesquisas nas universidades” como uma das “providências” que as “lideranças político-administrativas” brasileiras da época estavam tomando. No entanto, com a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, diversas universidades do país relataram a real situação vivida por alunos, professores e pesquisadores durante os anos da ditadura no Brasil. Segundo o relatório da Universidade de São Paulo (Universidade de São Paulo, 2018, p. 9), estima-se que 47 pessoas ligadas à universidade, incluindo professores, funcionários, alunos e ex-alunos, foram assassinadas ou desapareceram durante o período ditatorial. Esse dado refuta a afirmação do autor ao apontar um suposto amparo às pesquisas nas universidades, uma vez que essas instituições eram, na verdade, perseguidas durante o regime militar.

3.2.1.1 Região Sudeste do Brasil

O livro introduz as características da região Sudeste destacando sua importância econômica e desenvolvimentista, dando pouca atenção aos componentes físicos naturais. Além disso, afirma que “as demais regiões brasileiras” possuem “características físicas simples” e “paisagens pouco complexas” (Figura 7). O que torna a afirmativa problemática, visto que, o Brasil é um dos países com maior extensão territorial do mundo, marcado por uma diversidade climática, vegetações variadas e uma grande rede hidrográfica, com biomas adaptados a diferentes regimes de temperatura e precipitação, além de diversos processos naturais, como erosão, sedimentação, movimentos tectônicos e eventos climáticos extremos.

Figura 7: Trecho do livro “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 17).

De um modo geral, as demais regiões brasileiras apresentam características físicas bastante simples, com paisagens pouco complexas. No Sudeste isto não ocorre. O Estado de São Paulo apresenta aspectos naturais muito semelhantes aos da Região Sul e Triângulo Mineiro. O norte de Minas, com clima pouco chuvoso e vegetação mais rala, tem traços semelhantes aos do quadro natural nordestino.

Fonte: David Márcio (1974).

Uma das categorizações utilizadas pela geografia no período em questão para definir a diversidade de características físico-naturais que o território possui, foi proposta pelo professor, geógrafo e geomorfólogo Aroldo de Azevedo, durante a década de 1940, elaborou uma classificação para o relevo do território brasileiro. Sua divisão levou em conta, principalmente, as diferenças de altitude. Em decorrência disso, as planícies foram classificadas como as partes do relevo mais planas, com altitudes inferiores a 200 metros, abrangendo cerca de 41% do território. Já os planaltos foram considerados formas de relevo levemente onduladas, cujas altitudes superam os 200 metros, ocupando aproximadamente 59% da superfície do Brasil.

Azevedo (1942) dividiu os planaltos e planícies em subcategorias, de acordo com suas especificidades. O Planalto Brasileiro foi subdividido em quatro subunidades: Planalto Atlântico, Planalto Meridional, Planalto das Guianas e Planalto Central Brasileiro. As planícies foram classificadas como: Planície Amazônica, Planície do Pantanal, Planície Costeira e Planície do Pampa.

A compreensão dessa classificação é fundamental para analisar a formação e a evolução do território brasileiro, evidenciando como os processos naturais moldam a paisagem. Cada estrutura possui características únicas que influenciam diretamente como as atividades humanas, a ocupação e uso do solo se definiram.

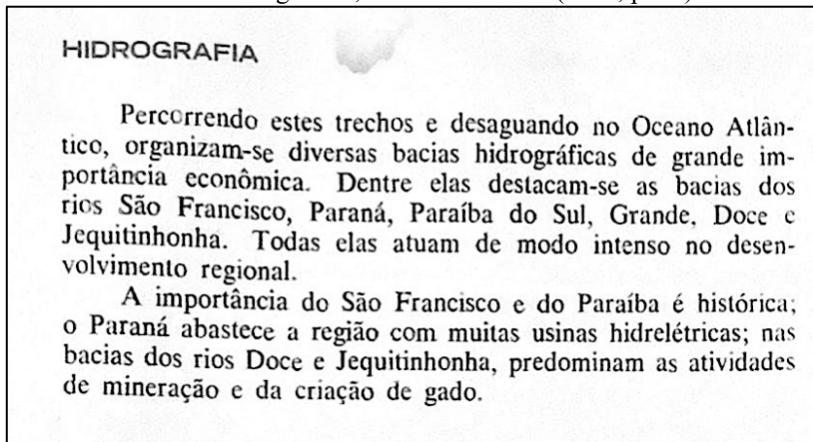
Ademais, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o Brasil é o país com maior biodiversidade no mundo, com milhares de espécies animais e vegetais.

O Brasil ocupa quase metade da América do Sul e é o país com a maior diversidade de espécies no mundo, espalhadas nos seis biomas terrestres e nos três grandes ecossistemas marinhos. São mais de 103.870 espécies animais e 43.020 espécies vegetais conhecidas no país. [...] a exemplo da floresta amazônica, maior floresta tropical úmida do mundo; o Pantanal, maior planície inundável; o Cerrado, com suas savanas e bosques; a Caatinga, composta por florestas semiáridas; os campos dos Pampas; e a floresta tropical pluvial da Mata Atlântica. (Ministério do Meio Ambiente, 2024).

Ao abordar os atributos físicos naturais do Sudeste, o livro faz pontuações superficiais, o que pode levar à falta de compreensão por parte do aluno. Além disso, há uma constante associação entre os recursos naturais vistos apenas como fatores econômicos. Por exemplo, ao

tratar da hidrografia do Sudeste, resumido em apenas dois parágrafos curtos, o autor menciona as bacias hidrográficas que representam grandes potências econômicas e destaca seus serviços relacionados às hidrelétricas (Figura 8).

Figura 8: Trecho abordando a hidrografia do Sudeste no livro “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 21).



Fonte: David Márcio (1974).

Os rios fazem parte do processo histórico de formação do país, pois abrigam rica biodiversidade em seus leitos e arredores, além de desempenharem um papel fundamental nos processos de ocupação do território. Diversos impactos socioambientais são causados pelas hidrelétricas, como a inundação de grandes áreas, a emissão de gás carbônico (CO_2) e metano (CH_4), além da alteração no nível dos rios, o que pode provocar alagamentos e prejudicar a fauna, a flora e as populações que vivem nas regiões afetadas (SANTOS et al., 2008). Contudo, a questão ambiental não era considerada relevante à época. Estudar os rios apenas como recursos econômicos reduz sua complexidade e importância; é fundamental reconhecê-los como elementos vivos e integradores das paisagens, com valor ecológico, histórico, cultural e simbólico.

Na página 24, ao mencionar a dinâmica urbana das grandes metrópoles do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) o livro destaca, mais uma vez, apenas a potencialidade econômica e industrial dessas cidades, sem considerar aspectos como cultura, crenças e costumes, que são fundamentais ao se abordar o espaço urbano. Além disso, ao tratar do “histórico” dessas cidades, adota-se uma perspectiva colonial, como se essas regiões não existissem antes da colonização, sem mencionar a presença indígena ou a influência dos povos africanos.

Não é mencionado nenhum povo indígena, a exemplo dos indígenas Kayapó meridionais, nome dado aos grupos do Tronco Macrojê, que habitavam em maior extensão a

região do Triângulo Mineiro e mais algumas áreas que correspondem os Estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (Miller, 2005).

A implementação de uma educação anticolonial nas escolas é fundamental para reconhecer e valorizar a história e a cultura dos povos originários. Essa abordagem educativa tem como abordagem principal desconstruir narrativas eurocêntricas e promover uma melhor compreensão da formação social brasileira. Destacando que os territórios conhecidos hoje foram habitados por povos indígenas que sofreram inúmeras formas de violência durante a colonização, a educação anticolonial contribui para uma formação que contradiz o olhar colonizador e valoriza os povos nativos dessa terra.

Nas páginas 32 a 46 do livro, é destacada a organização do espaço agrícola. O autor explica o início e o desenvolvimento da agricultura no Brasil, novamente sob uma perspectiva colonial e sem mencionar a agricultura de subsistência, que foi fundamental para a formação do país, pois garantia a alimentação da população. A abordagem apresentada reduz a agricultura apenas a uma potencialidade econômica e um fator revolucionário economicamente para o país, sem considerar suas problemáticas, como conflitos fundiários, desmatamento e impactos ambientais, trabalho escravo, crise hídrica, a luta dos pequenos produtores e a monocultura, juntamente com a dependência do mercado externo.

Em seguida, o livro apresenta as atividades industriais do Sudeste, nas páginas 38 a 49. Na primeira página, destaca-se que as bases do desenvolvimento industrial são a energia e a exploração de recursos minerais. A primeira atividade abordada são as hidrelétricas, com a localização das mais desenvolvidas e os grupos empresariais aos quais pertencem. Em seguida, trata-se do processo de mineração, apontado como uma potencialidade econômica para regiões como o Quadrilátero Ferrífero, além do crescimento do turismo em áreas históricas de mineração, tendo como exemplo o Vale do Rio Doce e Ouro Preto.

Por último, o livro conclui a abordagem sobre o Sudeste com os sistemas de circulação da região, tratando da fase inicial e o desenvolvimento dos transportes no país. São mencionadas as ferrovias e sua relação com a expansão do café, partindo de São Paulo até o Triângulo Mineiro. Em seguida, abordam-se as rodovias, os projetos de ampliação e sua importância para o desenvolvimento econômico da região. Posteriormente, há uma breve menção às redes aéreas e aos principais portos, finalizando o capítulo com a relação entre as redes de transporte e o comércio interno e externo, citando os países que mantêm relações comerciais com o Brasil.

3.2.1.2 Região Sul do Brasil

O próximo capítulo trata da Região Sul do Brasil, abordando seus aspectos físicos, como relevo, clima, vegetação e hidrografia. O conteúdo é apresentado em seis páginas, com poucos textos que destacam as principais características dessa área. Em seguida, são explorados aspectos relacionados à população e às redes urbanas, com ênfase nas atividades econômicas, incluindo agropecuária, agricultura e o desenvolvimento industrial. Também é evidenciada a intensa ocupação da mão de obra proveniente do continente europeu.

No que diz sobre o contexto histórico, se restringe à cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. Em um pequeno quadro são mencionados apenas aspectos já abordados nos textos anteriores, como a origem da produção agrícola e a colonização europeia por meio da imigração.

As próximas 16 páginas do capítulo são dedicadas a uma análise com maior aprofundamento do setor agropecuário, do crescimento industrial, do potencial energético, das zonas industriais, do comércio e dos sistemas de transporte. Esses temas são abordados com maior nível de detalhe em comparação aos tópicos anteriores, destacando suas principais características e influências na economia da Região Sul.

A produção agropecuária se destaca pelo cultivo de grãos, como soja, milho e trigo, além da pecuária bovina e suína, presentes no Paraná e no Rio Grande do Sul. As agroindústrias, localizadas em Jacarezinho, Maringá, Londrina e Apucarana, produzem café, óleos vegetais, algodão e cana-de-açúcar.

Os principais centros industriais estão concentrados na Região Metropolitana de Curitiba, no Vale do Itajaí e na Serra Gaúcha, abrangendo setores como metalurgia, têxtil e agroindústria. O comércio regional é fortalecido pelo agronegócio e pela exportação de produtos como soja e carne.

3.2.1.3 Região Nordeste do Brasil

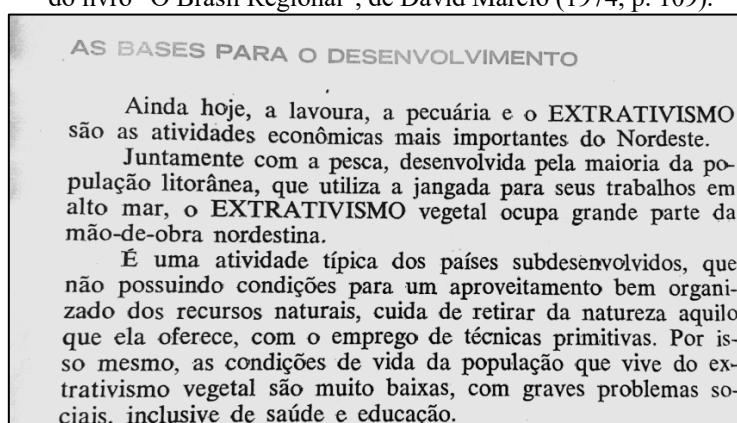
A próxima região apresentada no livro é o Nordeste. O capítulo se inicia abordando os aspectos físicos, destacando as secas da região, ocasionadas pelo clima semiárido, que resulta em baixa precipitação mal distribuída. O livro também aborda a vegetação da caatinga, descrevendo-a como complexa e rala devido às condições climáticas. Ao tratar da hidrografia da região, o autor também relaciona a irregularidade das bacias ao clima.

O próximo item abordado é a distribuição da população nordestina, cujo início remonta à colonização portuguesa e cresceu à medida que a expulsão dos indígenas do litoral ocorreu.

Com a implementação da cultura canavieira, o aumento constante dos engenhos e a chegada dos povos africanos, houve um incremento das atividades agrícolas. O capítulo também discute a estrutura urbana e como o Nordeste é considerado uma das regiões brasileiras onde o quadro natural exerce influência direta na distribuição da população e na organização das cidades.

Por seginte, o próximo tópico é sobre as bases para o desenvolvimento da região, destacando a importância econômica da lavoura, pecuária e o extrativismo, destacando que são atividades típicas de países subdesenvolvidos (Figura 9).

Figura 9: Trecho abordando as bases para o desenvolvimento no Nordeste do livro “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 109).



Fonte: David Márcio (1974).

O trecho citado na figura acima afirma que a atividade de extrativismo vegetal não é organizada de forma a garantir um bom aproveitamento, devido ao uso de técnicas primitivas, além de apontar a precariedade de vida da população que trabalha com o extrativismo. Entretanto, a análise do autor torna-se apenas descritiva e superficial, pois não referencia os principais causadores desses problemas.

Em muitos casos, a atividade extrativista representa a única fonte de renda para famílias e trabalhadores que vivem em assentamentos e se encontram em situação de vulnerabilidade social. Essa condição é frequentemente explorada por proprietários de indústrias que precarizam as relações de trabalho dessa população. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2025), durante julho e agosto de 2024, a Operação Resgate IV retirou 593 trabalhadores de condições análogas à escravidão; desse total, quase 72% atuavam na agropecuária.

O autor, então, aborda os recursos minerais da região, destacando a extração de petróleo, uma vez que as principais bacias petrolíferas estão localizadas na Bahia, como as bacias sedimentares de Tucano e Recôncavo, no litoral.

Na página seguinte, o livro ressalta a eficiência da plataforma de petróleo da região, com destaque para a Petrobras. Segundo o autor, a empresa teria sido uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento do Nordeste. Além disso, ele aponta que, por deter o monopólio da indústria petrolífera brasileira, a Petrobras garantiria a preservação das riquezas do subsolo, evitando sua exploração por outros países (Figura 10).

Figura 10: Trecho abordando a hidrografia do Sudeste no livro “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 113).

A produção do Nordeste veio de encontro às necessidades do desenvolvimento industrial brasileiro, possibilitando a instalação de numerosas indústrias de transformação do petróleo — as indústrias petroquímicas.

A Petrobrás, que possui o monopólio da indústria petrolífera brasileira, preservando as riquezas do subsolo e evitando o controle por parte dos países estrangeiros, tão atuantes nas outras áreas da mineração, é um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento industrial iniciado no Nordeste.

Fonte: David Márcio (1974).

Esses trechos evidenciam como os conhecimentos geográficos, no contexto da disciplina de 'Estudos Sociais', também foram orientados por uma abordagem teorético-quantitativa da Geografia, predominante à época, e que priorizava determinados aspectos técnicos e funcionais do espaço geográfico (Corrêa, 2000). Essa forma de ensinar Geografia se articulava aos objetivos da escola durante o regime militar, que, segundo Rui R. Campos (2002, p. 34), “deveria também propagandear o projeto de integração nacional, mostrar a necessidade de se completar a ocupação do território, sem protestar contra a concentração de renda e a centralização”. Assim, a Geografia ensinada não foi descaracterizada por inteira, mas utilizada de forma funcional ao discurso oficial do Estado, reforçando a ideia de uma ocupação racional do território e ocultando as contradições sociais e econômicas presentes no espaço geográfico.

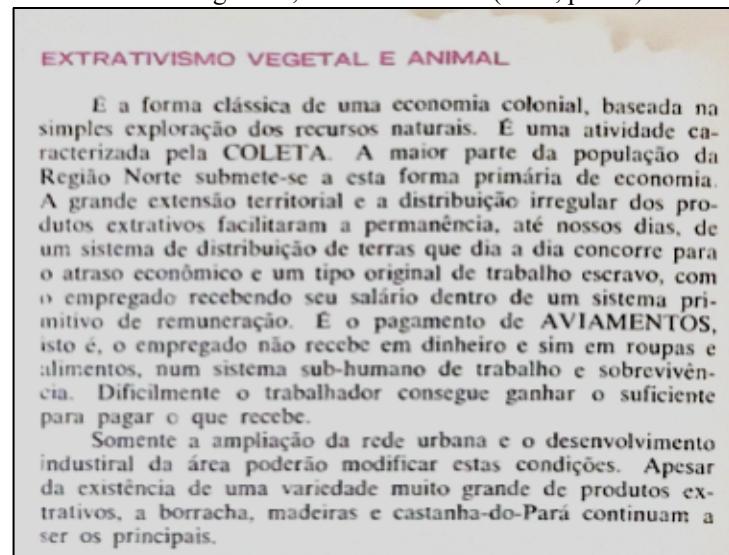
3.2.1.4 Região Norte do Brasil

A região Norte começa a ser apresentada na página 125, com a introdução aos aspectos físicos do território. O autor comenta em maior destaque o relevo da Amazônia, afirmando que a região apresenta formas de relevo onduladas, com a ocorrência de planaltos. Grande parte dos detalhamentos sobre a região foi desenvolvida por geógrafos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na época ampliados pelo Projeto RADAM (Radar da Amazônia). O livro segue determinando os principais aspectos físicos do Norte, destacando a Amazônia, porém apenas nomeando-os, sem apresentar suas principais características.

Na página 134, é abordada a Zona Franca de Manaus, implementada em 1968 como um modelo de desenvolvimento econômico para impulsionar a economia da região. Localizada em Manaus-AM. Trata-se de uma área industrial, comercial e agropecuária que oferece incentivos fiscais para atrair empresas nacionais e estrangeiras.

Sobre o extrativismo vegetal e animal, o autor afirma que a forma predominante de extração dos recursos naturais utilizada no Norte é primária, caracterizada pela coleta. O livro aponta que esses modos arcaicos de extrativismo submetem os trabalhadores a uma condição de exploração análoga ao trabalho escravo e que somente a ampliação da rede urbana e o desenvolvimento industrial poderiam melhorar essas condições (Figura 11)

Figura 11: Trecho abordando o extrativismo na Região Norte, do livro “O Brasil Regional”, de David Márcio (1974, p. 138).



Fonte: David Márcio (1974).

3.2.1.5 Região Centro-Oeste do Brasil

Após introduzir brevemente os aspectos mais populares da região, que serão desenvolvidos ao longo das páginas, o autor apresenta os aspectos físicos naturais, iniciando pelo relevo. Ele descreve as formas de relevo predominantes e destaca sua importância para a ocupação humana. As bacias de recepção, por concentrarem maior quantidade de água, facilitaram a atividade agrícola. Além disso, o autor ressalta que as condições do solo influenciam a ocupação agrícola e que as acumulações de água no Pantanal são utilizadas para a alimentação do gado (Figura 12).

Figura 12: Trecho do livro “O Brasil regional”, de David Márcio (1974, p. 151), relacionando os aspectos físicos com a ocupação humana.

Estas formas tiveram grande importância na ocupação humana, porque o trabalho realizado pela erosão permitiu a formação de ligeiras depressões nas encostas (bacias de recepção). Nestas encostas a vegetação facilita o nascimento de cursos d’água, atraindo os agricultores para a formação de núcleos de plantações, enquanto à sua volta as pastagens são mais comuns.

Ao longo dos vales fluviais, as condições do solo permitem também maior ocupação agrícola. Na extremidade oeste da região, a zona deprimida do Pantanal, constantemente servida pela água, possui depressões geralmente circulares, onde a água acumulada tem elevada porcentagem de sal, utilizado na alimentação do gado. Estas formas são conhecidas localmente pelo nome de BAÍAS.

Fonte: David Márcio (1974).

Em seguida, são discutidas as ações de Juscelino Kubitschek para tornar Brasília a capital do país. Dentre elas, destaca-se a migração da população nordestina para a construção da cidade, ressaltando que esses trabalhadores buscavam oportunidades de trabalho e uma melhoria de vida (figura 13).

Figura 13: Trecho do livro “O Brasil regional”, de David Márcio (1974, p. 159), abordando sobre a construção de Brasília como capital.

Durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), tiveram início os trabalhos definitivos para a instalação da nova capital federal. Com a assinatura do decreto 40.017 de 24 de outubro de 1956, criando a Comissão Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), é que Brasília deixou de ser uma idéia para tornar-se realidade.

O Distrito Federal, cuja capital é Brasília, ocupa uma área de 5.814 km², situada entre os paralelos 15°30' e 16°03' sul. A capital instala-se no centro desta área, onde a posição e altitude média (1.000 m) permitem condições climáticas ideais para a adaptação do homem.

Inaugurada no dia 21 de abril de 1960, foi planejada e projetada por dois nomes mundiais da arquitetura: Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Brasília possui hoje uma população próxima dos 600.000 habitantes, formada por pessoas de diversas regiões do país, principalmente mineiros e nordestinos, que encontraram durante sua construção condições de trabalho e perspectivas para a melhoria do nível de vida. O ritmo de construção de Brasília foi tão acelerado que, na linguagem do povo, é comum utilizar-se a expressão “ritmo de Brasília” como sinônimo de rapidez e eficiência na execução de tarefas.

Fonte: David Márcio (1974).

No trecho citado na figura acima, David Márcio menciona os trabalhadores nordestinos que migraram em direção a Brasília em busca de trabalho e melhorias de vida, destacando de forma positiva como essa população trabalhou de maneira tão rápida e intensa que até criou a expressão "ritmo de Brasília". No entanto, o autor não aborda a precariedade enfrentada por esses trabalhadores.

Os trabalhadores que operaram na construção de Brasília ficaram conhecidos como "candangos". A construção da capital foi vista como uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida para essas pessoas. Entretanto, os candangos enfrentaram jornadas exaustivas sob um clima árido e com pouca estrutura de segurança no trabalho. Como a cidade ainda não estava pronta, os trabalhadores viviam em condições insalubres, como a falta de moradia adequada, saneamento básico e eletricidade (Holston, 1993).

De acordo com James Holston no livro “A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia” após a inauguração de Brasília, em 1960, os trabalhadores nordestinos, apesar de terem contribuído na construção da cidade, foram marginalizados e não receberam reconhecimento. Grande parte acabou por viver na periferia da cidade, enquanto outra retornou ao Nordeste.

Ao falar sobre as atividades econômicas, o autor destaca que elas dependem da exploração dos recursos naturais, da pecuária extensiva e da agricultura. Nas páginas seguintes, de 161 a 169, são abordados aspectos relacionados à extração de recursos naturais, incluindo o extrativismo mineral, vegetal e animal, além das atividades e áreas agropecuárias e das áreas de criação no Pantanal. O autor discute a formação, o desenvolvimento e alguns aspectos desses elementos, ressaltando que todos eles são as principais causas do desenvolvimento econômico da região (Figura 14)

Figura 14: Trecho do livro “O Brasil regional”, de David Márcio (1974, p. 161), relacionando os aspectos físicos como recursos econômicos.

RECURSOS NATURAIS E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Ainda hoje, as atividades econômicas que definiram a fase inicial do povoamento da região permanecem como as mais importantes da área. Entretanto, algumas delas tiveram um desenvolvimento maior, ao mesmo tempo em que novas atividades também vêm contribuindo para um maior dinamismo da economia regional.

A exploração e aproveitamento dos recursos naturais, a pecuária extensiva e a agricultura predominam no quadro econômico regional.

Fonte: David Márcio (1974).

Sobre a forma como esse livro aborda Brasília, apontamos contribuições advindas da pesquisa de Salvadora C. A. de Lima e Silvana de Abreu (2005, p. 185-187), que analisam o livro Geografia do Brasil Regional, também de David Márcio Santos Rodrigues, de 1970, o qual descreve a capital como centro das atividades políticas, sediando a Câmara dos Deputados, o Senado e as secretarias do Congresso, instituições responsáveis por dirigir e proteger a democracia brasileira. A pesquisa destaca que a construção de Brasília é apresentada como uma “representação de racionalidade e científicidade” no contexto da Integração Nacional, enfatizando o planejamento como solução para as disparidades regionais. Além disso, as autoras enfatizam a importância dada à racialização da ocupação e uso do território, alinhando-se ao projeto desenvolvimentista do governo autoritário da época, e promove a ideia de que Brasília, como sede do poder, representa uma neutralidade política, apesar do contexto de repressão vigente após 1968.

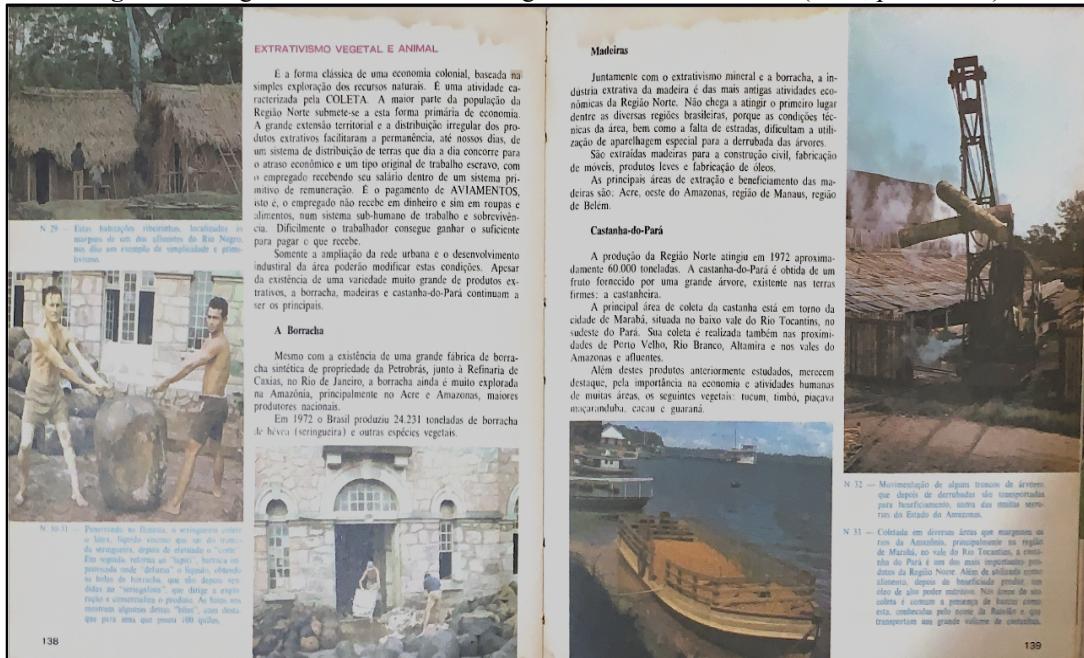
A análise de Lima e Abreu (2005) também revela que a obra promove ações governamentais e reforça ideias do projeto desenvolvimentista vigente durante o regime militar. Ao enfatizar a racialização do uso do território como solução para disparidades regionais, o autor alinha-se ao discurso oficial que valoriza o planejamento governamental e a ciência técnica como neutras politicamente.

A obra, ao que podemos observar, propagandeia ações do governo e fomenta as idéias subjacentes ao projeto desenvolvimentista em curso, sob o comando de um governo autoritário, de um lado, e das corporações de capitais multinacionais, de outro lado. O autor trabalha a importância da racialização da ocupação e uso do território – do planejamento de governo –, portanto, como solução para resolver as disparidades regionais. Certamente, não é coincidência o uso de livros didáticos, nas escolas públicas, que valorizem o planejamento [...] (Lima e Abreu, 2005, p. 186)

3.2.2 Análise dos Recursos visuais

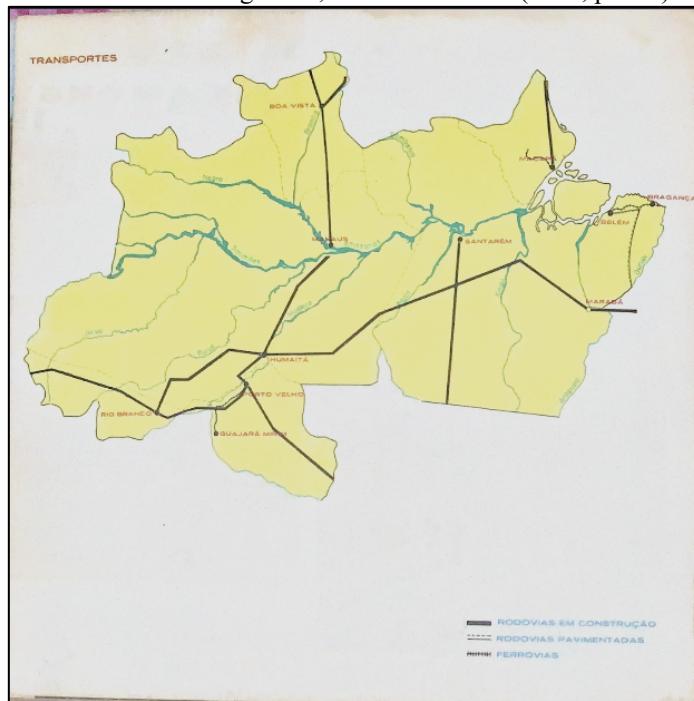
O livro didático "O Brasil Regional" utiliza um grande volume de cores e de recursos visuais, que aparecem em todas as páginas, variando entre duas a quatro figuras por página (Figura 15) ou ocupando uma página inteira com uma única imagem grande (Figura 16). As imagens ilustram a temática dos textos, empregando mapas quando o eixo temático aborda os componentes físicos ou de localização do território, utilizando fotografias de indústrias e atividades econômicas, por exemplo a região Sul que utiliza imagens voltadas ao agronegócio e a indústria têxtil. Visualmente, é perceptível que as figuras ocupam um espaço bem maior em relação aos textos.

Figura 15: Páginas do livro “O Brasil regional”, de David Márcio (1974, p. 138-139).



Fonte: David Márcio (1974).

Figura 16: Página do livro “O Brasil regional”, de David Márcio (1974, p. 144) ilustrando um mapa.



Fonte: David Márcio (1974).

3.2.3 Conteúdo ausente

Ao aplicar uma metodologia de análise em um livro didático, é necessário abordar os conteúdos ausentes, ou seja, aqueles que o autor não tratou ou não aprofundou quando citados. Não pretendemos elencar conteúdos ausentes, pois poderíamos ocorrer no erro de imaginar uma completude para o referido livro, o que não entendemos ser possível. Apenas destacaremos

algumas abordagens e exemplos de conteúdos cuja ausência se sobressai nesse tipo de material. A princípio, o autor não desenvolve uma fundamentação teórica adequada, não apresenta os conceitos, fontes ou autores responsáveis pelos assuntos abordados no livro, ou seja, não fornece as devidas referências.

Ao abordar os aspectos físicos regionais, o autor não menciona, em nenhum momento, os problemas ambientais e os impactos das ações humanas, tampouco desenvolve uma abordagem sobre educação ambiental ou políticas ambientais que já começavam a ser pautadas à época, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Como mencionado anteriormente, tais questões eram pouco discutidas naquele período, o que torna compreensível sua ausência no material.

Quinze anos após a publicação do livro didático em análise, o mesmo autor do livro pedagógico “O Brasil Regional” publica uma resenha intitulada “A Contribuição da Geografia Física na Educação Ambiental: O Ensino de 1.º e 2.º Graus” (1989). Nesse trabalho, David Márcio (1989) critica a desvalorização da Geografia Física e a falta de conexão entre essa disciplina e a Educação Ambiental no ambiente escolar. Ele enfatiza que a Geografia Física vem sendo gradativamente abandonada, enquanto há uma crescente valorização da Geografia Econômica e Social, em detrimento dos estudos ambientais (Márcio, 1989, p. 121).

O autor defende que a única alternativa viável para melhorar a situação ambiental do Brasil é a aplicação de uma legislação ambiental adequada, aliada à criação de um Programa Nacional de Educação Ambiental. Segundo ele, os estudantes brasileiros precisam viver, respirar e se responsabilizar pelo meio ambiente, desenvolvendo um verdadeiro respeito pela natureza.

O que se torna intrigante, visto que o próprio autor apresenta anos depois abordagem bastante distinta da apresentada no livro em análise. Entretanto, é válido ressaltar que, na década de 1980, o movimento da Geografia Crítica estava em ascensão no Brasil, e um dos principais responsáveis por sua inserção foi Milton Santos. Em seu livro "Por uma Geografia Nova" (1978), Santos propõe uma ruptura com a visão tradicional da Geografia no país, introduzindo os elementos fundamentais do que viria a ser a Geografia Crítica. Ele argumenta que a Geografia Clássica era fortemente influenciada pelo determinismo ambiental e pelo positivismo, abordagens que limitavam a compreensão do espaço geográfico.

Outros aspectos relevantes que não foram abordados incluem a cultura e identidade regional, essenciais para trabalhar a regionalização, com exemplos como tradições, costumes, patrimônio histórico, dialetos e eventos regionais. Além disso, aspectos sociais e demográficos,

como população, qualidade de vida, serviços públicos e movimentos sociais. Por fim, políticas administrativas, como a divisão territorial e a organização político-administrativa, também não foram discutidas.

Outra questão central, quase não abordada, são as desigualdades sociais e regionais que assolavam o país no período de publicação do livro. A esse respeito, Rui Ribeiro de Campos (2002) afirma que, durante o período da ditadura militar, havia uma forma de manipulação sobre o que acontecia na vida da população, principalmente no que se referia à desigualdade social da época.

Esta era outra característica de muitos livros: a omissão das desigualdades sociais, das diferenças culturais, do racismo, da luta pela terra; ou seja, recusavam-se a refletir sobre as desigualdades, exorcizavam as contradições. Não havia a memória do derrotado, a barbárie do civilizado europeu era escondida, o Estado era colocado como o construtor da sociedade, o conhecimento como um produto acabado e o pensar era excluído (Campos, 2002, p. 62).

3.3 Análise Interpretativa

Após efetuar a análise textual e a análise temática, respectivamente, dá-se por início a análise interpretativa. Neste momento, o leitor já possui domínio sobre o conteúdo, a temática trabalhada e a organização do material. Com isso, entende-se que a análise interpretativa busca, a priori, a necessidade de uma pesquisa por outros trabalhos com eixos temáticos similares para assim, o leitor elaborar uma linha de aprimoramento e comparação do eixo. Agora porém não mais restrita ao período da obra alisada.

Como mencionado anteriormente, o autor David Márcio Santos Rodrigues é o único citado como responsável pelo conteúdo do livro. Outros possíveis autores não são mencionados nem referenciados à medida que os eixos temáticos são apresentados e desenvolvidos, ou seja, não existem fontes e referências no livro.

A análise interpretativa do conteúdo do livro será aprofundada a partir da divisão dos aspectos relevantes que estruturam a obra, com o objetivo de facilitar uma compreensão mais detalhada sobre os temas abordados nas regiões brasileiras. Para isso, a separação dos subitens a seguir visa explorar esses eixos comparando com outros autores, com o intuito de ter outra perspectiva referencial dos assuntos tratados no livro.

3.3.1 Aspectos Físicos

A Geografia é uma ciência que desenvolveu intensas pesquisas a partir da caracterização da paisagem. Com isso, os aspectos físicos e naturais se tornam essenciais ao estudar a formação

de uma região, pois moldam a inserção da população, da flora e da fauna no espaço, não podendo ser resumidos apenas ao extrativismo e consumo. A interação entre os elementos naturais e humanos de uma região se configura em uma dinâmica complexa, na qual as atividades culturais e sociais se desenvolvem em função das condições físicas do espaço.

Dessa forma, a interação entre os elementos naturais e humanos não apenas moldam a organização espacial da sociedade, mas também reflete a maneira como a natureza é percebida e utilizada. Nesse sentido, Ailton Krenak (2019), contribui para essa discussão ao perceber como a humanidade à medida que se desenvolve, tende a se distanciar do meio natural, embora faça parte dele. O autor também analisa o significado do termo “recurso natural”, destacando como o meio natural é frequentemente visto apenas como um recurso a ser utilizado e explorado pelo ser humano, desconsiderando seu valor intrínseco.

Diversos autores contribuem para a análise, classificação e compreensão dos meios físicos em sua essência, podendo categorizá-los de acordo com a geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e clima, e não apenas como uma utilidade para atender ao setor econômico. Autores como Aziz Ab'Sáber (1977), que desenvolveu a teoria dos domínios morfoclimáticos no Brasil; Antônio Teixeira Guerra (1999), que realizou estudos aprofundados sobre a erosão dos solos e processos geomorfológicos; e Ari Teixeira de Oliveira (1998), que detalhou a diversidade das formações vegetais do bioma Cerrado.

3.3.2 Aspectos Culturais

A Geografia Cultural e suas múltiplas abordagens começaram a ser mais amplamente estudadas na década de 1990 no Brasil. Dentre as inúmeras temáticas abordadas dentro do eixo cultural, destacam-se as religiões, costumes, tradições e heranças de um determinado povo, todas possuindo uma grande diversidade de potencialidades para serem trabalhadas no meio educacional. Isso é ainda mais evidente dentro do território brasileiro, que abriga uma abundante diversidade de culturas, determinada pela sua grande extensão territorial do país e pelas formas distintas de ocupação.

Por mais que não existissem muitos geógrafos nas décadas de 1960 e 1970 que trabalhassem a Geografia Cultural de forma mais específica, a cultura sempre esteve presente na humanidade, podendo ser abordada sob diferentes perspectivas. A relação entre o espaço e a cultura, embora não amplamente discutida nesses anos, já estava implícita nas análises sobre a organização do território, a identidade dos povos e as formas de produção e resistência cultural.

3.3.3 Aspectos Sociais e Econômicos

Ao realizar uma análise regional de uma área de estudo, é conveniente abordar características dos aspectos sociais e econômicos, pois esses são agentes que moldam a realidade da população inserida nesse espaço, seja de uma perspectiva quantitativa, como dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou qualitativa, com autores que explicam os contextos e como esses se desenvolvem.

Entre os anos de 1964 e 1973, o Brasil foi governado por três presidentes militares: o marechal Humberto Castello Branco (1964–1966), o general Arthur da Costa e Silva (1967–1969) e o general Emílio Garrastazu Médici (1969–1973). Durante o mandato de Castello Branco, a política econômica do país foi formulada pelos ministros ortodoxos do Planejamento e da Fazenda, Roberto Campos e Octávio Bulhões. Suas ações estavam supostamente voltadas para o combate à inflação, a expansão das exportações e a retomada do crescimento econômico.

A partir da década de 1960, iniciou-se uma fase de ajuste conjuntural e estrutural da economia, com o objetivo de enfrentar o processo inflacionário. Para isso, foi implementado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tinha como principal meta a estabilização dos preços. Como resultado, a partir de 1968, o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) aumentou, acompanhado de uma gradual redução da inflação e do desequilíbrio externo. Essas condições sustentaram o que se convencionou chamar de "milagre econômico" nesse período (Hermann, 2005).

Entretanto, o “milagre econômico” também foi marcado por profundos impactos sociais e estruturais. Apesar do crescimento do PIB, os benefícios desse avanço foram concentrados nas camadas mais ricas da população, resultando em maior concentração de renda. Além disso, o modelo adotado baseava-se em forte endividamento externo e na dependência do capital estrangeiro, tornando a economia nacional vulnerável a crises internacionais. Com o fim do “milagre”, o Brasil enfrentou uma grave crise econômica e social, marcada por inflação, desemprego e aumento da dívida pública (Fausto, 1995).

Em decorrência disso, é possível compreender as dificuldades econômicas e sociais que o país enfrentava na época, o que não é mencionado em nenhum momento pelo autor David Márcio no material. Isso reforça a afirmativa de Rui Ribeiro de Campos (2002) de que, durante o Regime Militar, os livros didáticos não refletiam a realidade da população, omitindo informações sobre a situação do país naquele período.

3.3.4 Aspectos Rurais e Urbanos

A reflexão sobre o meio rural é essencial para compreender as dinâmicas sociais e econômicas que moldaram o Brasil e cujos efeitos perduram até os dias atuais. Dado que o agronegócio é responsável por parte da economia do país, torna-se essencial discutir a distribuição de terras e a organização do espaço rural. Ao estudar o meio rural, é possível perceber como as estruturas históricas e as desigualdades persistem, impactando a vida de milhões de pessoas.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, geógrafo, publicou análises sobre a questão agrária no Brasil, focando na distribuição de terras e suas implicações sociais e econômicas. No livro “Geografia das Lutas no Campo” (1988), ele aborda as desigualdades no campo, a concentração fundiária e os impactos do modelo agrário brasileiro, que historicamente favoreceu os latifundiários em relação aos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores.

A discussão de Ariovaldo sobre a questão agrária envolve as estruturas de poder e sua centralização, além da maneira como o espaço geográfico está organizado. Ele argumenta que a concentração de terras no país tem raízes provindas da colonização e no sistema escravocrata, e que esse modelo contribui para a marginalização dos camponeses e trabalhadores rurais, que sofrem com o sistema agrário excluente.

A maior parte da população mundial hoje vive nas áreas urbanas, visando a importância do estudo das cidades na educação, sendo fundamental para entender as dinâmicas e transformações das sociedades. A urbanização brasileira produziu uma série de intensos movimentos, marcada por um grande processo de migração das populações das áreas rurais sendo fruto de um processo do desenvolvimento do capitalismo (Guimarães, 2016).

Nesse sentido, as décadas de 1950 e 1960 podem ser vistas como a catarse desse processo, um período de acelerada concentração fundiária e de violenta demanda de industrialização promovidas pelos governos de cunho desenvolvimentista de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. É um período de integrações, do território e do mercado, proporcionadas pela construção de um meio técnico geograficamente interligado pelos transportes e pelas telecomunicações, o que facilitou em alto grau a mobilização espacial da força de trabalho pelo capita. (Guimarães, 2016, p.16)

As cidades estão em constante transformação e crescimento acelerado. Essas mudanças impulsionam seu desenvolvimento e dinamismo, mas também resultam em impactos estruturais negativos, como a segregação socioespacial, a precarização das condições de vida nas periferias e o alto índice de violência. Em decorrência disso, os estudos urbanos seguem em um processo contínuo de análise e atualização.

Considerações Finais

Após a realização das etapas de análise do livro, é essencial consolidar a problematização do material analisado. Severino aponta que isso pode ser feito a partir da inclusão de uma reflexão sobre os conteúdos abordados e os que foram omitidos, as referências utilizadas, a forma como os exemplos são retratados e as implicações dessas escolhas para a formação do aluno.

O livro didático é uma ferramenta fundamental no processo de construção do conhecimento do aluno, e, por isso, sua análise crítica se faz essencial. Isso ocorre porque esse material não é neutro, mas sim um veículo carregado de concepções políticas e ideológicas, com a intenção de direcionar perspectivas e comportamentos dos estudantes. Assim, a reflexão aprofundada sobre os conteúdos e valores transmitidos é essencial para que não sejam apenas assimilados passivamente, mas compreendidos dentro de seu contexto histórico e social.

Nenhum texto é neutro. Desde o momento em que o autor ou a editora formula o conteúdo, as escolhas feitas sobre quais temas serão abordados e quais serão omitidos já refletem uma posição política. Apenas essa seleção de conteúdos determina a perspectiva que o material irá transmitir, revelando as intenções e ideologias subjacentes.

Quando abordado no contexto educacional, isso se torna ainda mais delicado, pois influencia a formação do pensamento crítico dos estudantes aos quais é direcionado. A problemática é visível no livro de David Márcio, que, ao selecionar os conteúdos e posicionamentos nos textos, reproduz uma narrativa hegemônica e potencialmente marginaliza perspectivas, problemáticas e grupos sociais.

Ao analisar os conteúdos que receberam maior destaque no material, em contraste com aqueles que não foram mencionados ou, quando citados, não tiveram nenhum aprofundamento, torna-se evidente que o autor prioriza temas relacionados à economia e aos setores produtivos, como a indústria e o agronegócio. Esse enfoque parece ter o objetivo de reforçar uma abordagem tecnicista na educação, visando influenciar os alunos para formar uma massa de mão de obra qualificada para o setor de serviços no país.

Ao retirar toda a visão crítica e apresentar o Brasil como um país sem problemas estruturais, sociais e econômicos, o autor cria algumas problemáticas. Isso, a priori, explica a ausência de fontes e referências, pois, caso estas fossem utilizadas, o autor não poderia sustentar a visão progressista imposta no livro. A posteriori, essa abordagem não promove a construção de um olhar crítico no aluno, o que limita sua capacidade de pensar, questionar e formar sua própria opinião.

Embora o livro analisado esteja contextualizado em um período de repressão e censura pelo qual o Brasil passou, os livros didáticos atuais também não se ausentam da necessidade de uma análise crítica semelhante. Isso reforça a importância da produção de análises sobre livros didáticos e destaca ainda mais o papel do professor como verdadeiro mediador do conhecimento, utilizando o livro apenas como um recurso, quando considerar necessário. É fundamental, também, que o livro didático não seja o único material pedagógico utilizado em sala de aula, podendo ser complementado com o uso de outras referências, materiais e práticas que promovam uma educação mais reflexiva.

Referências

- AB'SÁBER, Aziz. Os Domínios de Natureza no Brasil – Potencialidades Paisagísticas. **Ateliê Editorial**, 2a edição: 2003.
- AFONSO, Bruna Reis. **Os livros didáticos produzidos durante a ditadura militar brasileira e a ditadura de Stroessner no Paraguai: o ensino de história e as versões da Guerra do Paraguai (1959-1983)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.
- AZEVEDO, Aroldo de. A divisão do Brasil em grandes unidades de relevo: um ensaio de geografia física. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 3-34, 1942.
- BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 1 mar. 2025.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 1 mar. 2025.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases do ensino nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 1 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Fontes de energia renováveis representam 83% da matriz elétrica brasileira** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2020/01/fontes-de-energia-renovaveis-representam-83-da-matriz-elettrica-brasileira>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- CAMPOS, Rui Ribeiro. O golpe nas ciências humanas: 1964 e Estudos Sociais. **Geografia**, Londrina, v. 7, n. 3, p. 29-70, 2002.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Ensino de Geografia e Diversidade**: construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. São Paulo: Contexto, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 15-47.
- COSTA, Glauber Barros Alves; DANTAS, Débora Nunes. O livro didático de Geografia e as questões de gênero: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Recife, v. 6, n. 11, p. 323-340, 2016.
- CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EdUSP, 1995.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **História da Educação**, Pelotas, v. 19, p. 85-102, 2015.
<https://doi.org/10.1590/2236-3459/44800>

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana - Revista de Estudos do Discurso**, v. 1, n. 1, p. 115-126, 2009. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3002/1933>. Acesso em: 30 mar. 2025.

GEOSUL. Entrevista com o professor Oswaldo Bueno Amorim Filho. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 191-209, 2005.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André Arruda. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro. Elsevier Editora Campus Brasil, 2005.

GUIMARÃES, Lana da S. O modelo de urbanização brasileiro: notas gerais. **GeoTextos**, Salvador, v.12, n.1, p. 2016.
<https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v12i1.14084>

GUSMÃO, Daniele C. F.; HONORATO, Tony. Ideais de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de educação moral e cívica na ditadura civil-militar. **História da Educação**, Pelotas, v. 23, e82622, 2019.
<https://doi.org/10.1590/2236-3459/82622>

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, Editora Campus, 2005.

HISTEDBR. MEC-USAID. Disponível em:
<<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

HOLSTON, James. A cidade modernista. uma crítica de Brasília e sua utopia. **Revista de Antropologia**, v. 36, p.266-268, 1993.
<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1993.111402>

KAERCHER, Nestor André. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. 3a ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição). **Editora Companhia das letras**, 2019.

KUNZLER, E. C.; WIZNIEWSKY, C. R. F.. A ideologia nos livros didáticos de geografia durante o regime militar no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 28, p. 197–220, 2015. Disponível em: <https://www.publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/230>. Acesso em: 12 jan. 2025.
https://doi.org/10.62516/terra_livre.2007.230

LEME, Dulce Maria P. Camargo et al. **O Ensino de Estudos Sociais no 1º grau**. São Paulo, Atual, 1987.

LIMA, Salvadoria Caceres Alcântara de; ABREU, Silvana de. Reflexão sobre a temática regional e o ensino de Geografia. **Geografia: Revista do Departamento de Geociências**, Londrina, v. 14, n. 1, 2005. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/geografia/V14N1/Artigo13.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MARIA. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar Em Revista**, n. 51, p. 37–50, 1 mar. 2014.
<https://doi.org/10.1590/S0104-40602014000100004>

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 51, p. 37-50, mar. 2014.

MILLER, Joana. De Terence Turner para os Kayapó. **Estudios Latinoamericanos**, Cidade do México, v. 25, p. 173-203, 2005.
<https://doi.org/10.36447/Estudios2005.v25.art7>

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

MOURA, C.; FILHO, R. Livro Didático de Estudos Sociais: um tipo de artefato de produção cultural marcado por continuidades e resistências aos ideais da Ditadura Militar (1970-1980). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Da Paraíba, João Pessoa. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4862/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.

NADAI, Eliza; STAMPACCHIO, Léo; FONSECA, Selva; AGUIAR, Valéria. Livros Didáticos de Estudos Sociais: um perfil da produção brasileira. Teresina. 1994.

OBSERVATORIUM. PET Geografia. Memórias geográficas à tona: uma retomada da história do Curso de Geografia da UFU a partir de uma entrevista com a Profa. Dra. Suely Regina Del Drossi. **Observatorium**, Uberlândia, v.2, n.2, p.144-148, jul.2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto/Usp. 1988

PASTORE, Affonso; GAZZANO, Marcelo; PINOTTI, Maria. **Inflação e crises**: o papel da moeda. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2014.

PONTUSCHKA, Nídia N. Geografia, Representações Sociais e Escola Pública. **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 145-154, 2000.
https://doi.org/10.62516/terra_livre.2000.365

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. **Global Editora e Distribuidora Ltda**, 2015.

SANTOS, C. M. T. et al. O impacto das hidrelétricas para a biodiversidade e o meio ambiente: uma revisão, **UNICRUZ**, Cruz Alta, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, J. M. **A constituição de sentidos políticos em livros didáticos de geografia na ótica da análise do discurso.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2025.

SOUZA, José Gilberto de. **A geografia escolar na ditadura militar:** a prestidigitação do trabalho. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018.

<https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180037>

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-42, 2005.

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades Capturadas:** Gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia. 2002. 139f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

UFMG. **Morre professor David Márcio, do IGC.** UFMG Online, Belo Horizonte, 27 mar. 2015. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/013046.shtml>. Acesso em: 21 mar. 2025.

USP. **Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo – Relatório final:** graves violações dos direitos humanos na Universidade de São Paulo (1964 a 1985). São Paulo: USP, 2018. Disponível em: <<https://sites.usp.br/comissaodaverdade/relatorio-final/>>. Acesso em: 20 de março de 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. Michel Foucault e os estudos culturais. **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2004. p. 37-69, 2004.

VERDI, E. F.. Pensar radicalmente sob a repressão: a geografia crítica brasileira no contexto da ditadura civil-militar. **Geousp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 3, p. 539-558, dez. 2018.

<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2018.152423>

VIEGAS, D. H.. Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 2020.

<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202009pt>

ZAGO, Gustavo H. et al. A geografia do Brasil e suas atualizações: uma análise do ensino da geografia escolar. **Estudos Geográficos**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 45-59, 2017.